



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**ADRIANA FERREIRA NASCIMENTO**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: Uma  
abordagem do processo de institucionalização da Rede Central da  
Caatinga**

**JUAZEIRO-BA**

**2021**

**ADRIANA FERREIRA NASCIMENTO**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: Uma abordagem do processo de institucionalização da Rede Central da Caatinga**

Dissertação apresentada a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, *Campus Espaço Plural*, Juazeiro- BA, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa III: Instituições Sociais e Desenvolvimento Territorial

Orientador: Prof. Dr. Rafael Oliva Trocoli

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Aparecida Tomé Pereira.

**JUAZEIRO-BA**

**2021**

	Nascimento, Adriana Ferreira
N244e	Economia Solidária no Sertão do São Francisco: uma abordagem do processo de institucionalização da Rede Central da Caatinga / Adriana Ferreira Nascimento. -- Juazeiro, 2021.
	xvi, 91 f. il.; 29 cm.
	Dissertação (Mestrado Profissional em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Espaço Plural, Juazeiro-BA, 2021.
	Orientador (a): Prof. Dr. Rafael Oliva Trocoli
	1. Economia Solidária 2. Desenvolvimento econômico. 3. Sertão do São Francisco I. Título. II. Trocoli, Rafael Oliva III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.
	CDD 338.9

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF  
Bibliotecário: Márcio Pataro. CRB 5 – 1369.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL- PPGExR**

FOLHA DE APROVAÇÃO

ADRIANA FERREIRA NASCIMENTO

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: Uma abordagem do processo de institucionalização da Rede Central da Caatinga**

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural, vinculado a linha de pesquisa III - Instituições Sociais e Desenvolvimento Territorial.

Aprovada em: 22 de Junho de 2021

**BANCA EXAMINADORA**

*Rafael O. Trocoli*

Prof. Dr. Rafael Oliva Trocoli (Orientador)

*Lucia Marisy S R de Oliveira*

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira-UNIVASF (Examinador interno)

*Duarte*

Prof. Dr. Francisco Ricardo Duarte –UNIVASF (Examinador externo)

## **Agradecimentos**

À Deus por todas as oportunidades que tem colocado na minha vida, por Seu cuidado em cada detalhe, sua grandeza e compaixão em tudo que tem me permitido vivenciar.

A minha mãe, por sempre me apoiar nos meus sonhos, e por sonhar junto comigo. Gratidão também aos meus irmãos Ademaria e Anaelson. Ao meu namorado Thiago Almeida, companheiro de todos os momentos.

Aos companheiros e companheiras do Irpaa (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada) por me darem apoio nesta conquista.

A todos os amigos e amigas que o mestrado em Extensão Rural meu deu, agradecimento em especial a Raimundo Carvalho, que sem se cansar e sempre com um sorriso no rosto me dava carona para ir assistir as aulas, muito obrigada, meu amigo e colega.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Rafael Oliva Trocoli, por apoio, conselhos e orientação, a minha Coorientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monica Aparecida Tomé Pereira, por todo o cuidado e dedicação em todos os momentos da dissertação e curso de mestrado, serei eternamente grata pela atenção, companheirismo e apoio durante essa etapa da minha vida. A todos os professores e professoras que já passaram na minha vida, desde a pré escola até os dias de hoje, saibam que cada um de vocês colocou um tijolinho para essa construção.

E a Universidade Federal do Vale do São Francisco através do PPGExR, que abriu as portas para a realização de mais um sonho profissional. A todas as pessoas, associações e empreendimentos solidários que participaram desse estudo, obrigado pelo apoio e disponibilidade para participar da pesquisa.

*“Se não buscarmos o impossível, acabamos por não realizar o possível”.*  
Leonardo Boff

## Resumo

A economia solidária oportuniza trabalhadores por meio da autogestão, valorização do capital humano, meio ambiente, inclusão social e sem subordinação entre patrão e empregado. Se constitui de várias formas: cooperativas, associações, grupos de compra e venda, redes de produção ou de comercialização dentre outras. Diante deste contexto, buscou-se compreender o processo de implantação e consolidação da Rede de Comercialização das Cooperativas da Caatinga (Central da Caatinga), bem como a sua relevância para três grupos que a compõem (AAPSE, AMAFE e Curral Novo). Além disso, foram realizadas análises relativas a presença de princípios da economia solidária dentro destes grupos, e a relação criada entre estes e a Rede. Para tanto, foram avaliados os principais motivos que levaram a concepção da Rede, a partir do olhar de vários sujeitos envolvidos no processo. O estudo foi fundamentado a partir do uso de observações, e entrevistas semiestruturadas, as quais aconteceram durante a pandemia da Covid-19, tomando todos os cuidados de biossegurança determinados pela Organização Mundial da Saúde. Nos resultados é apresentado como se deu o processo de constituição da Rede Central da Caatinga, além de discutir os princípios da economia solidária dentro de três grupos que compõem a mesma, bem como a relação como a relação dos mesmos com esta Rede. Como produto final, foi elaborada uma plataforma online, que traz uma abordagem sobre a economia solidária, objetivos e princípios, mostrando o trabalho na produção e no desenvolvimento da economia dentro dos três grupos pesquisados, bem como na Central da Caatinga.

**Palavras- Chave:** Sertão do São Francisco; Rede Central da Caatinga; Economia Solidária.

## **Abstract**

The solidary economy gives workers opportunities through self-management, appreciation of human capital, the environment, social inclusion and without subordination between boss and employee. It consists of several forms: cooperatives, associations, buying and selling groups, production or marketing networks, among others. In this context, we sought to understand the process of implantation and consolidation of the Commercialization Network of the Cooperatives of Caatinga (Central da Caatinga), as well as its relevance for three groups that compose it (AAPSE, AMAFE and Curral Novo). In addition, analyzes were carried out regarding the presence of solidarity economy principles within these groups, and the relationship created between them and the Network. For this, the main reasons that led to the conception of the Network were evaluated, from the perspective of several subjects involved in the process. The study was based on the use of observations, and semi-structured interviews, which happened during the Covid-19 pandemic, taking all the biosafety precautions determined by the World Health Organization. The results show how the process of constituting the Caatinga Central Network took place, in addition to discussing the principles of solidarity economy within three groups that make up the same, as well as their relationship with this Network. As an end product, an online platform was developed, that brings an approach to the solidary economy, objectives and principles, showing the work in the production and development of the economy within the three groups surveyed, as well as in Central da Caatinga.

**Key words:** Sertão do São Francisco; Central Caatinga Network; Solidarity economy.



## **Lista de Figuras**

**Figura 01.** Quantitativo de empreendimentos de Economia Solidária novos e revisados, em Grandes Regiões Geográficas, no Brasil, no período de 2009 a 2013.

**Figura 02.** Quantidade de bancos comunitários em cada estado brasileiro.

**Figura 03.** Algumas Moedas sociais que circulam no Brasil.

**Figura 04.** Representação do Território Sertão do São Francisco, com divisão geográfica das 10 cidades.

**Figura 05.** Localização geográfica dos grupos pesquisados.

## **Lista de Gráficos**

**Gráfico 01.** Relação de gênero dos grupos AAPSSÉ, AMAFE e Curral Novo, no ano de 2020.

**Gráfico 02.** Relação de jovens e adultos dos grupos AAPSSÉ, AMAFE e Curral Novo, no ano de 2020.

## **Lista de Tabelas**

**Tabela 01.** Extensão em área de cada cidade que compõe o Território Sertão do São Francisco.

**Tabela 02.** População de cada cidade que compõe o Território Sertão do São Francisco.

## **Lista de Quadros**

**Quadro 01.** Comparativo dos aspectos principais entre modelos de economia solidaria e economia capitalista.

**Quadro 02.** Diferentes formas de Empreendimentos de Economia Solidária, conceitos e exemplos a nível de nordeste.

**Quadro 03.** Linha do tempo.

**Quadro 04.** Cooperativas da Rede.

**Quadro 05.** Grupos produtivos que fazem parte das atividades da Rede.

## Lista de Siglas

**AAFAM:** Associação dos Agricultores/as Familiares do Assentamento Mandacaru

**AAPSSE:** Associação dos Apicultores de Sento Sé

**AMAFE:** Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado

**AMOMA:** Associação de Moradores de Marco

**APPR:** Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso

**APT:** Associação dos Parceiros da Terra

**ASCOOB:** Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar

**ATER:** Assistência Técnica e Extensão Rural

**BNDS:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CAR:** Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

**CIVAB:** Cooperativa dos Irrigantes do Vaza Barris

**CECAAT:** Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga

**CEBEs:** Comunidades Eclesiais de Base

**COAPICAL:** Cooperativa dos Apicultores de Campo Alegre de Lourdes

**CONAB:** Companhia Nacional de Abastecimento

**CONES:** cooperados associados da cooperativa Nova Esperança

**COOFAMA:** Cooperativa Agropecuária Familiar de Massaroca e Região

**COOPES:** Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina

**COOPROAF:** Cooperativa de Produção e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar do Sudoeste da Bahia;

**COOPERCUC:** Cooperativa Agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá

**COOPERPARAISO:** Cooperativa Agroindustrial do Vale do Paraíso

**COOPERLAD:** Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Lagoa de Dentro e Região

**COOPERSABOR:** Cooperativa Regional de Agricultores/as Familiares e Extrativistas da Economia Popular e Solidária

**COOPES:** Cooperativa de Produção e Comercialização dos Derivados de Peixe de Sobradinho

**CUC:** Curaçá, Uauá e Canudos

**ECOSOL:** Economia Solidária e Cooperativa

**ECOFORTE:** Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica

**EES:** empreendimentos de economia solidária

**ES:** Economia Solidária

**FBES:** Fórum Brasileiro de Economia Solidária

**FAPESB:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

**FECEAFE:** Feira Cearense da Agricultura Familiar

**FENEARTE:** Feira Nacional de Negócios do Artesanato

**FIDA:** Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

**FUNDIFRAN:** Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco

**GARRA:** Grupo de Apoio e de Resistência Rural e Ambiental

**IRPAA:** Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

**ISPN:** Instituto Sociedade, População e Natureza

**MTE:** Ministério do Emprego e Trabalho

**ONGs:** Organizações Não Governamentais

**ONU:** Organização das Nações Unidas

**PAA:** Programa de Aquisição de Alimentos

**PLANSEQ:** Plano Setorial de Qualificação Profissional

**PNES:** Política Nacional de Economia Solidária

**PNAE:** Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PROCUC:** Programa de convivência com o semiárido em Canudos, Uauá, e Curaçá

**SASOP:** Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais

**SDR:** Secretaria de Desenvolvimento Rural

**SENAES:** Secretaria Nacional de Economia Solidária

**SIES:** Sistema nacional de informação da Economia Solidária

**RSNS:** Rede Sabor Natural do Sertão

**TCLE:** Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**TEXTILCOOPER:** Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Fiação, Tecelagem e Confecções

**TSSF:** Território Sertão do São Francisco

**UNISOL:** Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

**UNIVENS:** Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1 - ECONOMIA SOLIDÁRIA: origem e princípios</b> .....	<b>19</b>
1.1. Economia Solidária no Brasil .....	23
1.2. O Estado e a Economia Solidária .....	26
1.3. Sim, uma outra economia acontece .....	30
1.3.1 Redes Solidarias de Comercialização .....	30
1.3.2 Cadeia produtiva Solidaria.....	34
1.3.3 Moeda Social .....	35
1.4 Território Sertão do São Francisco.....	38
<b>CAPÍTULO 2 - O CAMINHAR METODOLÓGICO: as pessoas, o espaço e suas interações</b> .....	<b>42</b>
2.1 A Central da Caatinga e os Três Grupos .....	44
2.2 A Pandemia Covid-19 e a Coleta .....	45
2.2.1 Caracterização do perfil dos grupos .....	47
2.2.2 Verificação da existência dos objetivos e princípios da economia solidaria	47
2.2.3 Destaque da relação existente entre os empreendimentos pesquisados e a Central da Caatinga .....	47
2.2.4 Relação com a economia solidaria .....	47
2.3 Análise de dados .....	48
<b>Capítulo 3 - Território e a ES – estruturação, desenvolvimento e consolidação</b>	<b>49</b>
3.1 Da Rede Sabor Natural do Sertão à Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga .....	49
3.2 Caracterização dos empreendimentos.....	65
3.2.1 Associação comunitária Agropastoril de Curral Novo e Jacaré .....	65
3.2.2 AMAFE- Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado .....	67
3.2.3 AAPSSE - Associação dos Apicultores de Sento Sé .....	67
3.3 Principais atividades desenvolvidas .....	69
3.4 Princípios da economia solidária nos Grupos .....	70
3.4.1 Inclusão social de gênero e juventude .....	70
3.4.2 Cooperação e valorização do capital humano .....	72
3.4.3 Autogestão .....	73
3.5 Relações com a Rede CECAAT .....	74
3.6 Relação com a Economia Solidaria.....	76
3.7 Plataforma online da Economia Solidária no Sertão do São Francisco .....	77



<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>78</b>
<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>81</b>
APENDICE A- .....	86
APENDICE B- .....	88
APENDICE C- .....	90
APENDICE D- .....	91

## INTRODUÇÃO

A economia de base solidária é de grande relevância, se apresenta como uma importante alternativa que surgiu em meio a crises trabalhistas. Ela se contrapõe aos meios de produção tradicionais, e ao modelo de desenvolvimento capitalista. Originalmente Europeia, tem grande legado no Brasil e vem se estabelecendo desde a década de 70. Manifesta-se de maneira simples, sendo percebida na organização do trabalho das atividades econômicas em geral, eleva-se de maneira importante para a inclusão de trabalhadores no mercado, oportunizando os mesmos dentro da autogestão, onde a maximização do lucro deixa de ser o principal objetivo, dando lugar à maximização da quantidade e da qualidade do trabalho.

Este modelo de economia se estendeu por todo o território brasileiro, trazendo consigo uma discussão voltada e envolvida com as organizações coletivas, a exemplo de associações, cooperativas, grupos, feiras regionais, dentre outros. Que passaram a se identificar por comungarem dos mesmos princípios, possibilitando uma gestão coletiva, com cooperação entre os membros, sem subordinação, com valorizando o capital humano independente de gênero, idade raça ou religião. Estes princípios balizam as estratégias da Secretaria Nacional de Economia solidária (Senaes), posteriormente criada. Nas diversas regiões do país é possível encontrar uma infinidade de organizações com evidências de vinculação com princípios que norteiam esta forma alternativa, de economia.

No sertão do São Francisco, norte da Bahia, é possível destacar vários empreendimentos que se identificam como da Economia Solidária, com produção e/ou comercialização de produtos, que na maioria das vezes, são endêmicos da região. Destacam-se, doces, geleias, cervejas, compotas, etc., sendo derivados de frutas nativas, resultantes de processos de extrativismos, nas comunidades rurais, são também estas comunidades responsáveis por o beneficiamento, envolvendo um grande número de famílias no processo, gerando renda local, fortalecendo os laços de cooperação mútua e garantindo uma segurança alimentar e nutricional.

É importante salientar, que o processo de beneficiamento também conhecido como industrialização de produtos, gera valorização da matéria prima, agregando valor, evitando perdas em períodos de safra, garantindo o consumo em períodos de

não produção dos frutos. Neste processo, é de grande valia citar a comercialização destes produtos, e que a mesma deve ser realizada de maneira que valorize e respeite o produtor e sua produção. Neste sentido, surgem lojas especializadas em várias regiões do país, que comercializam tais produtos, e que levam em consideração todos os princípios da Economia Solidaria defendidos e vivenciados por grupos de beneficiamento. Em algumas regiões estas lojas se apresentam como redes de comercialização da Economia Solidária, unindo associações, cooperativas, além de uma infinidade de grupos formais e informais.

Com base em todos estes processos, desenvolvemos este trabalho. Está estruturado em 3 capítulos, inicia-se o primeiro capítulo com uma discussão sobre a Economia solidaria e os processos que a norteiam, além de trazer os conceitos construídos por autores simpatizantes ou que vivenciaram este processo em alguma etapa da vida. Nesta linha é apresentado um capítulo que faz uma abordagem sobre o conceito e a origem da Economia Solidaria, elencando alguns princípios e o comparativo entre os dois modelos de economia (social e capitalista). Além da apresentação do desenvolvimento dela no Brasil, considerando empreendimentos que tratam da sua base e funcionamento. Ao final deste capítulo é apresentado o papel do Estado no processo de consolidação da ES e os processos de extrativismo e beneficiamento das frutas nativas no território Sertão do São Francisco.

No segundo Capítulo, estão descritos o interesse e a motivação para a realização deste estudo, juntamente com a descrição do contexto no qual o trabalho está delimitado e os autores envolvidos no processo, além dos principais objetivos que acompanha este estudo, e que nortearam o alcance dos resultados. Ainda neste capítulo são demonstrados os processos metodológicos com instrumentos utilizados para a coleta dos dados.

O terceiro capítulo, traz os resultados alcançados, a luz dos objetivos pautados no capítulo anterior, traz falas diretas e indiretas, além do embasamento teórico de alguns autores, respondendo assim o que os objetivos citavam. Por fim, fazemos as considerações, analisando os resultados alcançados com base nos objetivos elencados para o estudo.

## CAPÍTULO I

### **ECONOMIA SOLIDÁRIA: origem e princípios**

A Economia Solidaria surge em meio a primeira revolução industrial, no final do século XVIII, na Europa. Contudo foi na Inglaterra que ela tomou a forma mais nítida a partir do século XIX (SILVA e SILVA, 2008), sendo uma resposta ao agravamento da crise trabalhista (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004). Seu conceito baseia-se em uma exaltação no desejo da Economia Social, em sua origem, e é na articulação entre o econômico, o social e o político, que se situam os fundamentos essenciais das Economias Social e Solidária. Constitui um caminho alternativo, capaz de possibilitar às partes a vivência dos laços sociais, solidariedade e ajuda mútua no campo econômico. Estas iniciativas são possibilidades para os excluídos do mundo do trabalho.

Singer (2002), afirma que o conflito econômico tem sido criticado por causa de seus efeitos sociais, pois o enaltecimento na competição chama a atenção apenas para os vencedores, o autor faz algumas indagações quanto a sina dos perdedores:

O que acontece com os empresários e empregados das empresas que quebram? e com os pretendentes que não conseguem emprego? ou com os vestibulandos que não entram na universidade? Em tese devem continuar tentando competir, para ver se se saem melhor da próxima vez (SINGER, 2002, p. 8).

Dentro dos conceitos capitalistas, os ganhadores somam benefícios, quanto aos perdedores, estes acumulam desvantagens nas futuras competições. Um diploma, as relações sociais familiares, a residência em determinado bairro mais sofisticado, e outras tantas características que supostamente faz o indivíduo sentir-se de classe superior, são as condições que o levam a entrar nas competições por posições e poder. Aqueles que não se enquadram a este perfil, ficam abertas as portas em algumas competições, em que o talento individual conta mais que o capital (SINGER, 2001).

Perante estes resultados do sistema produzido pelo processo do capitalismo, surge como modelo alternativo, a economia solidária. Esta constitui-se como uma nova forma de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral, emergida como uma importante alternativa para a inclusão de trabalhadores no

mercado de trabalho, dando uma nova oportunidade aos mesmos, através da autogestão. Existindo a possibilidade de recuperarem as empresas de massa falida, e darem continuidade às mesmas, com um novo modo de produção, em que a maximização do lucro deixa de ser o principal objetivo, dando lugar à maximização da quantidade e da qualidade do trabalho (Singer, 2004).

“Se toda economia fosse solidária, a sociedade seria menos desigual” (SINGER, 2002, p.10), é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem que ninguém seja explorado durante o processo ou leve vantagem em algum momento, sem agressão ao meio ambiente. Não há empregados ou patrão, todos trabalham em prol de um bem comum.

Milhares de trabalhadores fazem parte deste tipo de economia, organizados de maneira coletiva, gerindo suas próprias ações. Tais iniciativas de economia solidária contam com participação coletiva de diversos grupos, cooperativas populares, redes institucionais de financiamento para este segmento. E de acordo com a Secretária Nacional de Economia Solidaria- SENAES (2007), todos devem seguir alguns princípios que são considerados fundamentais para a consolidação desta economia, tais princípios vêm sendo discutido por diversos autores ao longo dos anos:

- ❖ Não há subordinação, as decisões são tomadas coletivamente em autogestão (BERTUCCI E SILVA, 2003; HIGA, 2005; LIMA, 2016; GREGOLIN et al., 2018);
- ❖ Democracia, onde a economia solidaria age na transformação das estruturas econômicas, democratizando as, sem subordinação ao capital financeiro (LIMA, 2016);
- ❖ Cooperação, há união entre trabalhadores e empresas, onde não há mais forte ou mais fraco, todos ganham (LIMA, 2016);
- ❖ Valorização do meio ambiente, no compromisso com as gerações futuras, em uma relação harmoniosa com a natureza na busca da qualidade de vida e equilíbrio do ecossistema (SILVA e SILVA, 2008; LIMA, 2016);
- ❖ O capital humano com maior importância no processo, garantindo a satisfação plena de todos (SENAIS, 2007);
- ❖ Valorização da cultura e saber local (SILVA e SILVA, 2008);

- ❖ Inclusão social com igualdade de gênero, geração, etnia e credo, a valorização da diversidade sem discriminação de crença, cor ou orientação sexual (HIGA, 2005; SILVA e SILVA, 2008).

A economia solidária é uma maneira de produzir, que elenca princípios básicos onde destacam-se a propriedade coletiva e o direito à liberdade do indivíduo, para a efetivação destes princípios, une-se todos os envolvidos (trabalhadores) em uma única classe, possuindo um capital igual (SINGER, 2002).

As práticas de economia solidária são fenômenos bem antigos na história da humanidade, porém, têm despertado grande interesse em alguns países nas últimas décadas, isso se dá por a caracterização de formas tradicionais, como também por ocorrência de formas inovadoras de solidariedade no patamar prático e teórico, tal modelo de economia é considerado ao mesmo tempo antiga e recente, sendo estas duas ideias discutidas de maneira positiva e sem contradição (MOTTA, 2010).

Simon e Boeira (2017), afirmam que a economia solidária se apresenta com a noção de uma nova forma de relacionamento entre a economia e a sociedade, que vai além da ideia de experiências, com um estatuto diferente da empresa capitalista. Tais noções trazem uma perspectiva de escolha de um projeto político de sociedade voltada para a maneira de viver dos autores sociais, e não mais centrada nos mercados, associa as ideias de iniciativa e solidariedade, inserindo-as nas atividades coletivas econômicas.

Assim, Bertucci e Silva (2003), corroboram com a ideia de que a economia solidária se diferencia da empresarial capitalista, por ser caracterizada pela reprodução ampliada da vida e não por acumular riquezas. Os autores indicam a economia solidária como alternativa a economia de cunho capitalista, pois se desenvolve exatamente nos períodos de crise financeira nos países em desenvolvimento, porém, a mesma ainda não possui organização suficiente para contradizer o sistema dominante.

Bertucci e Silva (2003), ainda afirmam que a Economia Solidaria nasce de uma postura crítica frente ao atual modelo de exclusão, e que se guia por um mercado solidário, visando o desenvolvimento humano sob custos sociais menores, orientando

se para valores como a solidariedade, a autonomia, a igualdade e a democracia. Ilustrados no quadro 01 por Bertucci e Silva (2003).

**Quadro 01.** Comparativo dos aspectos principais entre modelos de economia solidária e economia capitalista:

<b>Aspectos</b>	<b>Economia Solidária</b>	<b>Economia Capitalista</b>
Logica	Ampliação da qualidade de vida	Acumulação/lucro
Relações internas	Autogestão Cooperativa	Patrão x Empregado
Protagonismo	Organização do movimento de Economia popular solidaria	Representações empresariais
Educação	Para a solidariedade em rede	Para a competitividade/ individualista
Projeto de desenvolvimento	Desenvolvimento Sustentável	Monopolista Predatório do Meio-Ambiente e das pessoas
Politica	Fortalecimento de Redes e de suas Representações	Excludente e compensatórias
Cadeia produtiva	Rede de complementaridade	Rede de competição e Exploração Monopolista

Fonte: adaptado de Bertucci e Silva (2003).

Diante do exposto no quadro 01, fica visível a alteridade entre os dois modelos, onde, no modelo solidário é bem claro que o capital humano está acima do capital financeiro, prezando pela qualidade de vida dos envolvidos e da sociedade como um todo, valorização do meio ambiente e uma participação democrática fundamentada na autogestão.

Esta economia compreende em diferentes tipos de empresas, associações voluntárias com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos. Estas empresas surgem como reações a carências que o sistema dominante se nega a resolver (SINGER, 2001). Ferrarini et al. (2018), destacam que as práticas sociais vinculadas à economia solidária desde a década de 90 do século passado, originaram-se em larga escala de experiências com várias vertentes, é possível destacar a

inúmera quantidade de associações vinculadas à agricultura familiar e de projetos comunitários estimulados por pastorais sociais, sindicatos, ONGs e projetos de educação popular, dentre outros.

A cooperativa de produção, talvez a mais importante das empresas solidárias, surge muitas vezes como ato de defesa contra a ameaça da pobreza. Muitas empresas capitalistas a margem da falência, são assumidas por seus trabalhadores, que complementam o capital com seus créditos trabalhistas e, naturalmente, as reorganizam como empreendimentos de autogestão. A outra origem importante das cooperativas de produção é a cooperativa de consumo, este tipo de cooperativa surgiu como reação à exploração sofrida pelos pobres nas mãos do comércio varejista, na época da 1ª Revolução Industrial. Com o seu crescimento, o cooperativismo de consumo favorece a de produção, oferecendo a esta preferência no mercado (Singer, 2001).

### 1.1. Economia Solidária no Brasil

A segunda metade da década de 1970 foi marcada pela crise do sistema capitalista, desregulamentação dos mercados, amplo processo de reestruturação das empresas, flexibilização do trabalho e por baixas taxas de crescimento econômico. Assim, ampliaram-se o desemprego e os novos tipos de ocupação precária, gerando altos índices de pobreza e desigualdade. Esses fatores, contribuíram para que a economia solidária ressurgisse no Brasil no final do Século XX, como resposta à crise de 1981/83, onde muitas indústrias, inclusive de grande porte entraram em processo de falência (SINGER, 2002). Com isso os trabalhadores se organizam das mais diversas formas, para que de alguma maneira pudessem gerar renda, partindo de inúmeras ações, sendo apoiadas por diversos atores sociais, em especial organizações da sociedade civil (ZART E SANTOS, 2005).

As principais formas de organização dos trabalhadores desempregados são descritas por (SILVA, 2010):

- ❖ Associações, cooperativas, grupos de troca ou redes de comercialização;



- ❖ Agricultores que se juntam na troca de experiências possibilitando o crescimento da produção;
- ❖ Grupos de mulheres boleiras, doceiras, costureiras ou bordadeiras;
- ❖ Cooperativas de reciclagem de lixo onde os catadores se juntam na coleta e na reciclagem;
- ❖ Funcionários de fábricas falidas que se unem para recuperação das mesmas formando novas empresas com condições de trabalho igualitário;
- ❖ Pessoas comuns que se organizam para realizarem compras solidarias, onde saem beneficiados os que comparam e os que produzem;
- ❖ Moeda social e bancos solidários que emprestam dinheiro com juros extremamente baixos para o financiamento de outros empreendimentos solidários.

Estes são alguns exemplos dos mais diversos empreendimentos solidários, que surgiram nos anos 90, e que permanecem até os dias de hoje espalhados por o país. E que enfrentam um emaranhado de dificuldades, para manterem a proposta de seus ideais firmes, frente ao modelo de economia capitalista que tende a aumentar cada vez mais a desigualdade social.

De maneira geral, e para este trabalho, a ES é percebida como um aglomerado das atividades, sob uma diversidade de modelos organizacionais, que contribuem para a democratização econômica a partir do engajamento de grupos de indivíduos. Seus princípios perpassam diferentes graus em busca pela satisfação das necessidades, a igualdade de oportunidades, a preservação do meio ambiente, a luta por justiça social e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos (SILVA E CARNEIRO, 2016). Neste sentido, é observado no quadro 02 alguns exemplos de diferentes empreendimentos da economia solidária, seus conceitos e exemplificação a nível de Nordeste.

**Quadro 02.** Diferentes formas de Empreendimentos de Economia Solidária, conceitos e exemplos a nível de nordeste:

Formas de Empreendimentos	Conceitos	Exemplos da modalidade no nordeste brasileiro
---------------------------	-----------	---

<b>de Economia Solidária</b>		
Cooperativas	As cooperativas, são sociedade de pessoas que contribuem com bens ou serviços para uma atividade econômica, para o bem comum sem visar lucros, o cooperativismo também é autogestionário nas atividades econômicas (SILVA, 2006).	Cooperativa de Produção Agropecuária de Giló e Região Ltda-Coopag (BA); Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar – Ascoob (BA).
Grupos informais	Grupos informais surgem das relações sociais entre os membros de uma organização de forma espontânea e não possuem uma representação formal (OLIVEIRA, 2006).	Grupos de artesanatos, costureiras, boleiras, doceiras, grupos de empréstimos financeiros solidários, fundo rotativo solidário, dentre outros.
Associações	Processo de organização coletiva com algumas finalidades, a exemplo a conquista de algumas melhorias sociais ou comunitárias, filantrópicas, gestão de bens ou recursos (SILVA, 2006).	Associação dos Agricultores/as Familiares do Assentamento Mandacaru- AAFAM (PE).
Feiras de economia solidária	São realizadas com o intuito de divulgar produtos e serviços, promover aproximação dos consumidores com os produtores, possibilitar articulações, promover trocas de saberes e outros processos de formação e qualificação, bem	Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária- Febafes (BA); Feira Nacional de Negócios do Artesanato-Fenearte (PE);

	como difundir o consumo consciente e sensibilizar a sociedade sobre esse outro modelo de economia (DA SILVA, 2017).	Feira Cearense da Agricultura Familiar- Feceafe (CE).
Redes	Redes de colaboração solidária é identificada por Borinelli et al. (2010), como um trabalho em conjunto, com uma correlação entre movimentos de consumo e produção, ou seja o bem final produzido por um serve de insumo demandado por outra.	Rede Mandioca (MA); Rede Bodega (CE); Rede de Catadores de Resíduos Sólidos Recicláveis do Estado do Ceará (CE); Rede Xique-Xique (RN).

Fonte: Adaptado de Alves et al., (2016).

Além desses empreendimentos, vale destacar que há outros modelos e processos utilizados na Região Nordeste, assim como em todo o território nacional, sendo diferenciados apenas pelo o seguimento que o mesmo se estabelece, pois, cada seguimento se adequa com as características de cada região.

## 1.2. O Estado e a Economia Solidária

Singer (2002), traz a afirmativa de que sem a intervenção do Estado não há expectativa positiva a possíveis avanços na economia solidaria, o autor traz a discussão de que, o Estado seria de cunho essencial para o apoio a empreendimentos, em especial no início de suas atividades, criando mecanismos que garantam certa equidade entre as diferentes experiências de ES. Deste modo o Estado teria papel preponderante como incentivador neste modelo socioeconômico, com disponibilização de linhas de crédito específicas, apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias, bem como a priorização da compra dos produtos e serviços das redes de ES. Porém, é necessário ressaltar que os mecanismos de fortalecimento das organizações são interessantes no seu início, no entanto, não deve permanecer infinitamente a ponto de gerar dependência excessiva e acomodação. Deve acontecer em escalas de tempo, de forma a garantir-se um processo de desenvolvimento

autônomo dos empreendimentos. O Estado é de fundamental importância para os grupos de ES, na garantia para aquisição do capital financeiro, e sob as formas usuais de isenções fiscais e crédito favorecido, para assim, poder concorrer em condições de igualdade com firmas de cunho capitalistas e que também contam com a ajuda do poder público (SINGER, 2002).

De maneira geral, o Estado não deve ser o responsável pela Economia Solidária, esta responsabilidade deve ser iniciativa das pessoas, pois a opção pela Economia Solidária deve ser autêntica e por valores. O papel do estado se resume em criar condições favoráveis para esse fim (BORINELLI et al., 2010).

Neste Sentido, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada em 26 de junho de 2003, com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, atuando no Ministério do Emprego e Trabalho (MTE) em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) entre outros componentes do movimento. A partir do ano de 2006 ocorreram conferências nacionais de economia solidária, com a finalidade de estimular a sociedade e o governo para o designo de diretrizes em torno das políticas de economia solidária. Nestas conferências foram indicadas medidas para o aperfeiçoamento da legislação envolvida, melhorias nas propostas da Secretaria Nacional de Economia Solidária e do Ministério do Trabalho e Emprego, atuação conjunta de conselhos correlatos além do auxílio às parcerias entre os representantes do conselho, a SENAES e as entidades da sociedade civil (SILVA E CARNEIRO, 2016).

Criada no ano de 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a SENAES ganhou amplitude no território nacional, seu objetivo principal era orientar homens e mulheres sem trabalho a se organizarem em cooperativas, garantindo o desenvolvimento destas. A SENAES buscou diversos exemplos em outros países, compreendendo como eles criaram soluções para os problemas semelhantes ao do Brasil, e tomaram os exemplos como base (PALMA et al., 2017).

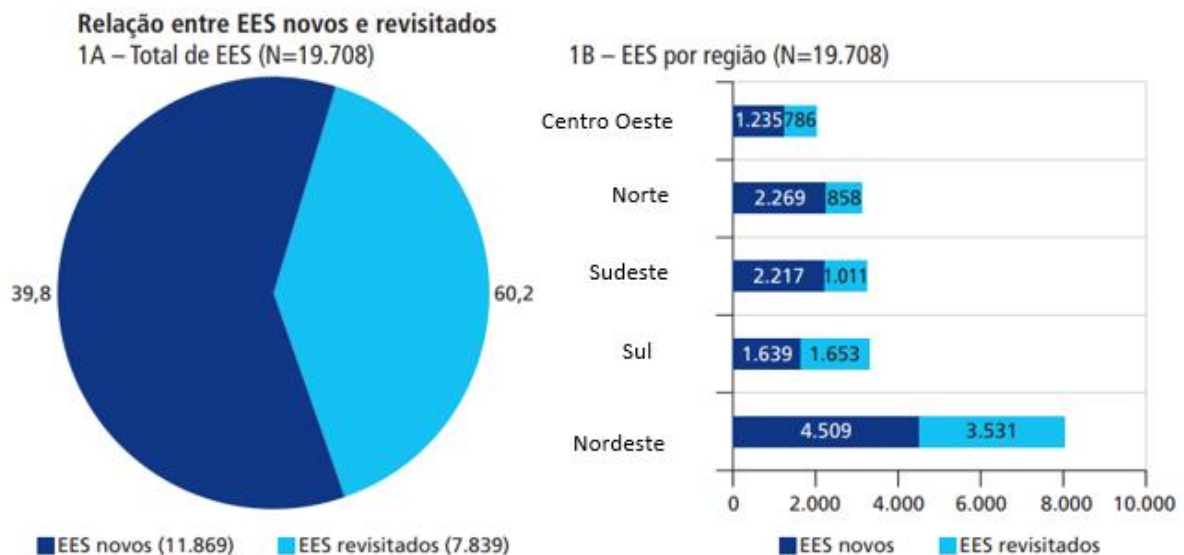
Desde a sua criação, a secretaria tinha a proposta de construir um banco de dados Nacional da Economia Solidaria, logo em 2003 a proposta começou a tomar forma, os primeiros mapeamentos começaram a ser realizados em 2005, e em 2006 o banco de dados foi criado, estes dados por sua vez estariam no Sistema Nacional

de Informação da Economia Solidária (SIES), que foi institucionalizado em 2006 através da portaria Ministerial nº 30, de 20 de março de 2006.

Em 2005, foi realizado o primeiro mapeamento dos Estabelecimentos da Economia Solidária, através do Sistema de Informações da Economia Solidária. Foram mapeados através da realização de entrevistas 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários, em todas as unidades da federação, abrangendo 2.274 municípios, correspondendo a 41% dos municípios brasileiros (SENAES, 2006).

Em 2007, a base de dados foi ampliada com um mapeamento complementar, chegando a 21.859 mil empreendimentos (ANTEAG, 2009). O último mapeamento foi realizado entre os anos de 2009 a 2013, sendo mapeados em todo o Brasil 19.708 empreendimentos de economia solidária (EES), com um total de 7.839 EES já mapeados em outros anos, esses quantitativos foram divididos por região, demonstrados na figura 01.

**Figura 01.** Quantitativo de empreendimentos de Economia Solidária novos e revisados, em Grandes Regiões Geográficas, no Brasil, no período de 2009 a 2013.



Fonte: IPEA, 2016.

O levantamento de dados total, foi realizado em 2.713 municípios, com 1.423.631 pessoas, as quais realizam nos empreendimentos atividades relacionadas

a troca, produção, comercialização, consumo, prestação de serviços e/ou serviços financeiros.

A região Nordeste, foi responsável por 40,8% do total geral de empreendimentos mapeado, onde 72% do total nordestino são empreendimento em zona rural (DIEESE, 2015).

Ainda na Figura 01, tem-se que um quantitativo de 11.869 de novos EES mapeados, 4.509 estão na região nordeste, representando 38% do total, e 1.235 na Região Centro-Oeste representando 10,4%, sendo este o menor quantitativo do total.

É preciso considerar que o último levantamento com os empreendimentos da economia solidaria foi realizado no período de 2009 à 2013, e nos últimos sete anos, muitos dados já sofreram alterações. Consideramos esses dados defasados, e que novos levantamentos com base nacional devem ser realizados, para atualização desses. Neste sentido frisamos que a base de dados que continha todo o levantamento realizado em 2007, e depois no período de 2009 a 2013, dentre outras informações relevantes da Economia Solidaria, que outrora estavam disponíveis na plataforma do Ministério do Trabalho, na página da Secretaria Nacional da Economia Solidaria, não estão disponíveis para o acesso comum, impossibilitando assim um aprofundamento nos dados.

Com a mudança da presidência do Brasil, em 2019, ocorreram diversas reformas institucionais. No primeiro ano do seu mandato, o presidente da república Jair Bolsonaro, eleito para o mandato de 2019 a 2022, reorganizou o Ministério do Trabalho, assim a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária que era vinculada a este Ministério, foi diluída no Ministério da Cidadania, recebendo agora o nome de Secretaria de Inclusão Produtiva Urbana. Esta reorganização reduziu a abrangência e atuação da SENAES, para o conceito de Inclusão produtiva, voltada para o público urbano. Neste mesmo processo ocorreu também a extinção do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Este conselho havia sido criado em junho de 2003, no mesmo ato que instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Foi concebido para realizar o diálogo direto entre setores do governo e da sociedade civil, que atuavam em prol da economia solidária. Tinha como

principais atribuições, proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integravam e em outros órgãos do Governo Federal, além do acompanhamento da execução destas ações, no âmbito de uma política nacional de economia solidária. O Conselho era composto por 56 entidades, divididas entre três setores: governo, empreendimentos de economia solidária e entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária, conforme está descrito no Decreto nº 5811, de 21 de junho de 2006.

A nível nacional, é perceptível as perdas sofridas por as organizações de economia solidária, desde o enfraquecimento da SENAES em 2016 (saída da presidente Dilma Russel), até a diluição da mesma em 2019.

A economia solidária ainda precisa ser entendida como uma política de desenvolvimento, percebemos que quando há políticos que não compreendem ou não se comprometem com essa base de princípios sociais, acabam por dar outros direcionamentos a projeto frutos da conquista popular.

### 1.3. Sim, uma outra economia acontece

São tantas experiências de economia solidária no Brasil, que torna-se difícil identificar a sua abrangência. Porém, é de grande percepção as marcas de desenvolvimento, sociais, econômicos, políticos e ambientais, deixadas por cada uma, nas famílias envolvidas e/ou nas comunidades que se integram nos processos. Nem sempre há um conceito específico que identifiquem essas experiências na integra, por este motivo é constante a busca por uma conceituação que contemple essas experiências (MELO, 2005).

Das experiências espalhadas por o país, citamos aqui: as redes solidarias de comercialização; bancos comunitários que trabalham com a circulação de moedas sócias; Cadeias produtivas solidárias, que tem um trabalho integrando uma diversidade de autores, desde a matéria prima até o consumidor.

#### 1.3.1. Redes solidárias de comercialização

As redes solidárias, sobrepõem-se ao grande capital, sendo viável apenas quando construída em redes capazes de potencializar as ações isoladas de cada empreendimento. No entanto, essas redes solidárias necessitam da integração conjunta de diferentes atores, como: ONGs, sociedade civil, governos, escolas, universidades, incubadoras e centros de pesquisa. Criando-se assim, um processo de desenvolvimento sustentável (BORINELLI et al., 2010).

A conceituação de rede, parte da ideia de que grupos produtivos que atuam de forma restrita, tendem a fracassar, por que não conseguem dominar a concorrência capitalista. Desta forma, as redes de colaboração solidária têm como base o trabalho coletivo, integrando consumo e produção, onde, o bem produzido por um determinado empreendimento serve de base para outro, para tanto ainda é necessário um processo de orientações que sejam capazes de desenvolver uma cultura de consumo solidário (MANCINI, 2000). Porém, neste sentido há uma discordância de Singer (2002), afirmando que a rede torna-se frágil ao apoiar-se basicamente na priorização do consumo solidário (BORINELLI et al., 2010).

Dentro da discussão de Redes de comercialização, citamos três experiências: Rede Bodega no Ceará, Rede Xique-Xique no Rio Grande do norte e a Central do Cerrado no Distrito Federal. Essas experiências surgiram dentro da mesma proposta, comercializar o excedente da produção da agricultura familiar, em espaços próprios e com a valorização da cultura, preços justos e produtos frutos de uma agricultura sustentável, promovida dentro da agricultura familiar.

❖ Rede Bodega, localizada no estado do Ceará, iniciou com o intuito de atender à necessidade de comercialização de grupos de artesãos e agricultores familiares. Inicialmente, a ideia era reunir as instituições ligadas à economia solidária que atuassem na região Nordeste, para participarem de formações e capacitações, como também iniciativas de comercialização, a exemplo de feiras, exposições e encontros. Nessa ideia, foi se formando a Rede Bodega, com a articulação de vários grupos.

Em 2004, a Bodega Nordeste Vivo e Solidário foi inaugurada em Aracati, em 2010 já eram quatro experiências formando a Rede, nos municípios de Tianguá, Fortaleza, Sobral e Aracati (CARITAS CEARÁ, 2015).



A Caritas foi de extrema importância em todo o processo, dando grande estímulo ao empreendimento, contribuindo para valorização dos produtos e impulsionando a comercialização, sendo a integração numa rede de economia solidária um marco na história desses grupos (RIBEIRO et al., 2012).

Além de comercializar nos espaços físicos, as Bodegas realizam feiras livres. Apresentando uma estreita relação com a cultura regional, as feiras, muitas vezes acontecem associados a eventos culturais da região. O próprio nome “Bodega” era a denominação regional de um pequeno ponto comercial onde havia de tudo, desta forma esse nome foi escolhido por se identificar com a cultura e o trabalho do comércio regional (RIBEIRO et al., 2012).

❖ Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária, situada em Mossoró, Rio Grande do Norte. Foi criada no final do ano de 2003, a fim de organizar a comercialização da produção de grupos da região, sobretudo dos municípios de Mossoró e Apodi (RIBEIRO et al., 2012). Os primeiros trabalhos da Rede já haviam começado nos anos 90, onde um grupo de agricultores entregavam semanalmente cestas de produtos para seus clientes, este grupo de produtores e consumidores era denominados APT - Associação dos Parceiros da Terra (CASTRO, 2014). Ribeiro et.al., (2012), destacam que esses consumidores pagavam uma mensalidade fixa, e o grupo de agricultores (as) entregavam semanalmente as cestas, com o apoio das organizações, numa relação de compromisso e confiança. O processo de comercialização acontecia na cidade de Mossoró, nas garagens de algumas das entidades que apoiaram inicialmente a experiência.

Com o aumento dos consumidores, o grupo inicial da Rede e as organizações de apoio, começaram a discutir a necessidade de um espaço mais adequado para a comercialização e que pudesse atender uma maior diversidade de produtos. Desde o início, a ideia era criar um espaço de comercialização que fosse diferente dos convencionais, que além da comercialização tivessem formações voltadas para pilares da agroecologia, economia solidária e feminismo.

A Rede Xique-Xique surgiu com o propósito de apoiar na organização e capacitação dos grupos, estabelecendo conjuntamente, relações com os consumidores, sendo este o diferencial da Rede, pois esta nasceu de uma estreita

relação entre produtores e consumidores. O ponto fixo de comercialização foi inaugurado em 2003, em Mossoró (RIBEIRO et al., 2012).

❖ A Central de Comercialização de Produtos de uso Sustentável e da Agricultura Familiar- Central do Cerrado, tem sede em Brasília, Distrito Federal. Foi criada por organizações sociais e grupos produtivos que já atuavam na Rede Cerrado, estes grupos participavam de feiras que tinham o objetivo de comercializar produtos sustentáveis da região. A ideia inicial para a formação de uma central, era unir empreendimentos, promovendo a comercialização dos produtos sustentáveis e comunitários dos povos do cerrado. Com apoio inicial do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), que abrigou o projeto de formalização e estruturação da Central do Cerrado, apoiado pela Fundação Banco do Brasil e a Rede Cerrado, que foi sua gestora política.

A Central começou a funcionar informalmente em 2004, sendo constituída juridicamente em 2010, com o objetivo de diversificar o acesso aos mercados formais e informais, visando apoiar a comercialização de produtos culturais do Cerrado. Para comercializar os produtos através da Central, os grupos produtivos, associações, cooperativas ou organizações parceiras precisavam atender critérios, garantindo a qualidade dos produtos, além dos princípios da Economia Solidária.

Nos primeiros anos de sua constituição, a Central do Cerrado já havia construído estratégias diversificadas de comercialização que envolviam mercados institucionais, varejo e exportação (RIBEIRO et al., 2012). Atualmente, a Central trabalha com uma diversidade de mais de 250 produtos, desenvolvidos pelas comunidades associadas ou parceiras, tem uma estratégia de acesso ao mercado bastante diversificada atendendo no comércio em atacado e varejo, com loja física em São Paulo e Brasília. Fazem parte da Rede uma diversidade de associações e cooperativas da região do cerrado, além da parceria com organizações de vários estados brasileiros (CENTRAL DO CERRADO, 2020).

As experiências de Rede discutidas aqui, mostram a importância dessas organizações para o contexto da valorização da comercialização e escoamento dos produtos da agricultura familiar. As 3 experiências também trazem os resultados frutos de uma organização popular com um longo caminho percorrido.

### 1.3.2. Cadeia produtiva solidária

A cadeia produtiva, pode ser entendida como uma rede de reciprocidade, envolvendo diversas ações de um sistema produtivo, identificada por uma sequência de serviços, que ocorrem desde o momento da produção e fornecimento da matéria-prima até o consumo final. Uma cadeia produtiva solidária, é moderada por um ou vários empreendimentos econômicos solidários. Com o objetivo da apoderação coletiva dos excedentes. Porém nem sempre os empreendimentos solidários conseguem controlar toda uma cadeia, ficando subordinado à uma lógica de dependência, seja na condição de fornecedor, atravessador ou transformador (SCHIOCHET e BRANDES, 2009).

Há vários exemplos de cadeias solidárias no Brasil, em diversas áreas de produção: têxtil, alimentícia, de reciclagem, dentre outras.

❖ A “Justa Trama”, é a marca da cadeia solidária do Algodão Agroecológico, da qual participam mais de 600 trabalhadores e trabalhadoras. Uma rede de organizações de diferentes estados brasileiros, que juntos constituem os elos de uma cadeia produtiva do setor têxtil: desde o cultivo do algodão, realizado de forma ecológica por pequenos agricultores associados no Ceará. Passando pela fiação e tecelagem em uma cooperativa de Minas Gerais, até a confecção de peças de roupa por três cooperativas de costureiras no Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina, com o uso de botões e acessórios feitos com sementes coletadas e beneficiadas por uma cooperativa de Rondônia.

Justa Trama é também a marca cuja propriedade é dos próprios participantes da cadeia produtiva, das roupas e acessórios produzidos. O embrião da cadeia produtiva, nasceu quando algumas das organizações que hoje integram a Justa Trama se articularam para produzir 60 mil bolsas, para os participantes do Fórum Social Mundial em 2005 (METELLO, 2007). O fio de algodão foi manufaturado pelos cooperados associados da cooperativa Nova Esperança -CONES, no município de Nova Odessa em São Paulo. No estágio seguinte os cooperados da TEXTILCOOPER, de Santo André, também em São Paulo transformaram o fio em tecido. No estágio final, as bolsas foram confeccionadas por 35 empreendimentos de Economia solidária, espalhados pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, organizados por a UNIVENS- Cooperativa de costureiras Unidas Venceremos.

Hoje, a Justa Trama dispõe de um produto final diferenciado no mercado, onde até o tingimento do tecido é realizado com as sementes de açaí, assim o tecido é isento de qualquer produto químico, fruto do trabalho de uma rede de empreendimentos solidários (SENAES, 2007).

### 1.3.3. Moeda social

Os bancos comunitários de desenvolvimento, são movidos para a geração de trabalho e renda, com uma óptica de reestruturação das economias locais, atuam por meio dos fundamentos da Economia Solidária, cujo propósito é estimular a economia local, viabilizando o desenvolvimento regional e fortalecimento das organizações comunitárias, por meio de serviços financeiros.

Cunha (2012), aborda que até o ano de 2009 tinham sido implantados no Brasil 40 bancos comunitários. Até 2017, já eram mais de 117 bancos espalhados em quase todos os estados do território nacional (MELO, 2018). Esta dimensão referente a quantidade de bancos por estados, é mostrada na figura 02.

**Figura 02.** Quantidade de bancos comunitários em cada estado brasileiro.



Fonte: adaptado de MELO, 2018.



- ❖ Gostoso (São Miguel do Gostoso, RN);
- ❖ Sampaio (São Paulo, SP);
- ❖ Justo (Justa Troca, RS);
- ❖ Vereda (Chapada Gaúcha, MG);
- ❖ Moqueio (Belém, PA);
- ❖ Gavião (Umarizal, RN);
- ❖ Mumbuca (Maricá, RJ);
- ❖ Prevê (Niterói, RJ);
- ❖ Fundinho (Rio de Janeiro, RJ);
- ❖ O “Banco Palmas”, foi o primeiro banco comunitário brasileiro, surgiu a partir de uma iniciativa da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, bairro da periferia de Fortaleza, Ceará.

Em 1973, por conta da especulação imobiliária a prefeitura expulsou os moradores do conjunto Palmares, colocando-os em um terreno da periferia, o bairro encontrava-se construído de maneira humilde, apenas com barracos de lona. Em 1980, buscando melhorias para o bairro, os moradores organizaram-se em mutirões para construção de suas casas. Em 1991, a comunidade realizou o “Habitando o Inabitável”, elaborando um planejamento estratégico para 10 anos, conseguindo assim iluminação, creches, escolas, postos de saúde, saneamento, água e transporte. A população já havia conquistado muitas coisas, porém a pobreza ainda era grande no bairro, pois não havia emprego e renda para as famílias (SENAIS, 2007). Depois de muitas discussões, foi criado em 1998 o banco de Palmas, que oferece serviços de crédito e finanças onde incluem um cartão de crédito e uma moeda que tem validade apenas no bairro, além de potencializar iniciativas produtivas da comunidade. Com isso, o Palmas organiza e ajuda simultaneamente a produção e o consumo de produtos e serviços dentro do próprio bairro, promovendo a circulação local de riquezas e a permanência das famílias na comunidade (FRANÇA FILHO & SILVA JR., 2006).

A diversidade de conceitos apresentados até aqui, enriquecem a discussão da importância da economia solidária para as famílias envolvidas, dá a luz de novas experiências no contexto do desenvolvimento, baseado no bem estar social. É perceptível que cada experiência se encaixou como estratégia em algum problema social vivenciado por diversos atores, e que, por essas experiências apresentarem

resultados positivos e marcantes de transformação em uma dada realidade, permanecem sendo reproduzidas.

#### 1.4. Território Sertão do São Francisco

O semiárido brasileiro abrange os nove estados da região Nordeste e a parte norte do estado de Minas Gerais, segundo a delimitação atual, a região semiárida engloba 1.262 municípios, em uma área de 1.128.697 km<sup>2</sup>, em que 1.171 municípios (93%) estão na região Nordeste, contemplando uma área de 1.007.169 km<sup>2</sup>. Para definir a região como semiárida são levados em consideração alguns critérios: precipitação pluviométrica anual igual ou inferior a 800 milímetros; índice de aridez igual ou inferior a 0,50 e percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60% (GURJÃO, 2020).

Esta região semiárida, tem grande parte da sua área coberta por uma vegetação denominada caatinga, com adaptação as condições impostas na região, este ecossistema é considerado de grande importância sendo um dos poucos que tem distribuição total restrita ao território brasileiro (SÁ E SILVA, 2010), tem características próprias sendo este um bioma único no mundo, apresenta uma diversidade de fauna e flora endêmicas, conferindo valores ecológicos e biológicos ao país (IRPAA, 2019).

O sertão do São Francisco está na região do semiárido dentro do bioma caatinga, localizado no Extremo Norte da Bahia, limita-se com os estados do Piauí e Pernambuco e com os Territórios de Identidade: Bacia do Rio Grande, Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Piemonte da Diamantina, Piemonte Norte do Itapicuru, Sisal, Semiárido Nordeste II e Itaparica (BARRETO, 2014).

O território Sertão do São Francisco, compreende 10 municípios: Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá, apresentados na figura 04 com as divisões geográficas.

**Figura 04.** Representação do Território Sertão do São Francisco, com divisão geográfica das 10 cidades:



Fonte: MDA, 2015

A maior parte do território é banhado pelo Rio São Francisco, que é um dos principais elementos geográfico, histórico, social, econômico e cultural, e representa um marco da identidade da cultura sertaneja e catingueira. O Rio percorre 420 km no território e sete dos municípios, com exceção de Campo Alegre de Lourdes, Uauá e Canudos (CODETER, 2018).

A área total do território é 61.366.575Km<sup>2</sup> (IBGE, 2019), com um destaque para o município de Sento Sé, que apresenta a maior área territorial, 11.980,172 Km<sup>2</sup>. E Sobradinho o menor, em área territorial, sendo também este o município mais novo em emancipação política do território (Tabela 01).

**Tabela 01.** Extensão em área de cada cidade que compõe o Território Sertão do São Francisco:

<b>Município</b>	<b>Km<sup>2</sup></b>
Campo alegre de Lourdes	2.914,587
Canudos	3.565.377
Casa Nova	9.647,072
Curaçá	5.950,614
Juazeiro	6.721,237
Pilão Arcado	11.597,923
Remanso	4.573,505
Sento Sé	11.980,172



Sobradinho	1.355,972
Uauá	3.060,116
<b>Total da área</b>	<b>61.366.575</b>

Fonte: adaptado de IBGE, 2019.

No Censo Demográfico de 2010, a população do território estava contabilizada em 494.431 habitantes, com densidade de 8 hab./Km<sup>2</sup> (Barreto, 2014). A tabela 02 traz dados populacionais por cidade, resultados do censo 2010 do IBGE.

**Tabela 02.** População de cada cidade que compõe o Território Sertão do São Francisco:

<b>Município</b>	<b>População</b>
Campo alegre de Lourdes	28.090
Canudos	15.732
Casa Nova	64.940
Curaçá	32.168
Juazeiro	197.965
Pilão Arcado	32.860
Remanso	38.957
Sento Sé	37.425
Sobradinho	22.000
Uauá	24.294
<b>População total</b>	<b>494.431</b>

Fonte: adaptado de IBGE, 2010.

É observado que, a maior população está concentrada em Juazeiro, com cerca de 197.965 habitantes, e a menor concentração está localizada em Canudos com 15.732 habitantes, contribuindo para a soma de 494.431 habitantes total, onde cerca de 178.664 vivem na área rural, o que corresponde a 36,12%.

Essa população tem uma geração de renda baseada na criação e pequenos animais (caprinos, ovinos e aves) e o plantio de sequeiro. Uma alternativa que se mostra viável nessa área também, é o beneficiamento das frutas produzidas no

Território, a exemplo do umbu, maracujá da caatinga, goiaba, manga, acerola dentre outras (SANTOS, 2008), cujo o processo de industrialização fornece uma grande variedade de produtos.

Os agentes de desenvolvimento territorial, indicam em suas análises que, o apoio ao beneficiamento da produção, é fundamental para o desenvolvimento da região, nas áreas rurais. E, que apesar de 70% dos produtos consumidos no Brasil serem produzidos pela agricultura familiar, os agricultores locais não conseguem comercializar seus produtos de forma sustentável (PTDRS, 2018).

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural sustentável de 2018, também cita que os processos de beneficiamento dos produtos da agricultura familiar, exigem melhorias na qualidade dos serviços, pois estes vem gerando proveitos sociais e econômicos para a população, gerando empregos permanentes e temporários.

Quanto à produção, citam-se os produtos predominantes nos municípios inseridos no Território Sertão do São Francisco: beneficiamento e envasamento de mel de abelha, em Campo Alegre de Lourdes; sequilhos e doces de Casa Nova; doces, geleia e compota de Curaçá; sucos, polpa de frutas e concentrados de Juazeiro; preparação do pescado e fabricação de conservas de peixe, doces e geleias de Remanso e Sobradinho; além dos doces, sucos, polpa de frutas, concentrados, cerveja de umbu e laticínios de Uauá, dentre outros (PTDRS, 2018).

A economia solidaria, está presente em vários cantos do mundo, apesar de ter surgido como alternativa para a falta de emprego e renda, vem se mostrando como fundamental para resolução de problemas também sociais. As experiências demonstradas ao longo deste capítulo dão conta dessas questões, basta levar em consideração seus princípios básicos e o contexto em que cada experiência surgiu. Trazemos também à luz da discussão, o território Sertão do São Francisco, que tem varais exemplos dessas experiências e que devem ser consideradas para compreensão do contexto das famílias presentes na zona rural deste território.

## **CAPÍTULO 2**

### **O CAMINHAR METODOLÓGICO: as pessoas, o espaço e suas interações**

As discussões sobre a Economia Solidária no Território Sertão do São Francisco baiano, ainda são tímidas, porém bem visíveis, e nesse sentido percebemos que há uma diversidade de agentes envolvidos no processo. São agricultores familiares, produtores, famílias que se unem no plantio e na colheita, membros de comunidades rurais que organizadas realizam o beneficiamento na busca de valorizar as frutas locais. São jovens, mulheres e adultos envolvidos na mesma dinâmica, a partir de objetivos comuns – contribuindo para incentivar a interação geracional, a geração e garantia de renda de maneira justa, a partir de um processo compartilhado e participativo. Apresentar essa dinâmica social é ainda mais salutar.

Além de todos os aspectos citados, há também a combinação de organizações coletivas, como: as associações, cooperativas (LEAL E RODRIGUES, 2018), projetos comunitários. Estimulados por pastorais sociais, sindicatos e ONGs, que reforçam a luta por justiça social, com equidade na distribuição das riquezas, evitando a exploração dos mais vulneráveis em prol do capital (DAVID, 2019), e fortalecendo a luta dos seus envolvidos, permitindo a melhoria da qualidade de vida de toda uma comunidade. No Território Sertão do São Francisco, destacamos a Central da Caatinga como organização que se propõe nesta discussão.

Diante deste contexto, buscou-se discutir como se deu o processo de constituição da Rede Central da Caatinga, e sua relevância para 3 grupos que compõem mesma. E para isso, foram avaliados os principais motivos que levaram a concepção da Rede, a partir do olhar dos envolvidos, também realizou-se a caracterização do perfil de três grupos vinculados a Central da Caatinga, observação da dinâmica destes grupos percebendo ou não se os mesmos seguem alguns princípios básicos da economia solidária baseados na autogestão, valorização do capital humano, cooperação, relação de gênero e juventude. E por fim, foram identificadas as interações existentes com a Central da Caatinga.

A pesquisa é qualitativa (Vergara, 1998), e foi utilizada a partir do caráter descritivo, sendo identificado os fatores que contribuem para a ocorrência do fenômeno pesquisado.

Para balizar os aspectos que permeiam os grupos investigados, a luz da Economia Solidária, utilizou-se o recorte temporal da década de 2000 a 2020.

O fenômeno foi fundamentado a partir de Paul Singer, que foi um importante economista, australiano, que veio para o Brasil com 8 anos de idade e aqui permaneceu por toda a sua vida, se destacando nas pesquisas acerca da economia solidária, sendo o maior defensor deste projeto no Brasil, defendendo esta forma de produção e consumo centradas na valorização do ser humano. Assim como outros autores que comungam com esse conceito, Singer traz os princípios da economia solidária como pontos-chaves para o desenvolvimento local, capaz de lutar contra as desigualdades sociais e o desemprego.

Os instrumentos escolhidos para a pesquisa foram:

- Ata, da assembleia de formalização da Central de Comercialização da Central da Caatinga, encontrada durante a entrevista com colaboradores da pesquisa.
- Estatuto, da Central de Comercialização da Central da Caatinga, encontrado durante a entrevista com colaboradores da pesquisa.
- Comunicações informais - guardados com membros das instituições colaborativas a pesquisa, ora de posse de pessoas envolvidas com a temática discutida, encontradas e cedidas durante as entrevistas realizadas.

Além dos documentos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com perguntas norteadoras que davam conta dos objetivos propostos na pesquisa. E observação direta das atividades dos grupos produtivos ligados à Central da Caatinga. Vale salientar que o período da pesquisa foi atípico, levando em consideração a pandemia da Covid – 19, vivenciada em todo o planeta, os instrumentos tiveram que ser repensados para a aplicação na pesquisa, e os contatos com os colaboradores da pesquisa que até então aconteciam de maneira presencial, passou a ser virtual.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram imprescindíveis para atender aos objetivos propostos na pesquisa.

Posterior a coleta, os dados foram analisados e sistematizados, dentro das interpretações foram levados em consideração um aporte bibliográfico, sendo uma maneira de compreender melhor os dados coletados. As interpretações dos dados coletados foram divididas em subgrupos, dispostos em textos, tabelas, imagens, quadros e falas transcritas, organizados de acordo com a estruturação anterior, servindo para facilitar a compreensão e interpretação.

## 2.1 A Central da Caatinga e os Três Grupos

A Central de comercialização das Cooperativas da Caatinga, tem loja física em Juazeiro, Bahia. Com atuação em todo o território Sertão do São Francisco, realizando a comercialização de diversos produtos beneficiados no território, dentro de unidades de beneficiamento (agroindústrias) nas comunidades.

Os grupos escolhidos para essa pesquisa, estão localizados nas zonas rurais das cidades de Juazeiro, Sento Sé e Curaçá. Em Juazeiro, está situado no distrito de Massaroca, na comunidade de Curral Novo, é conhecido popularmente como “grupo de Curral Novo”, fazendo alusão ao nome da comunidade. Em Sento Sé o grupo está sediado na Comunidade de Andorinha, e é conhecido como “AAPSE”, siglas da associação a qual o grupo está ligado. E em Curaçá, está na Comunidade de Esfomeado, recebe o nome popular de “AMAFE”, também siglas da associação a qual o grupo está ligado.

Há algumas características que valem ser ressaltadas a priori, a exemplos dos três grupos estarem diretamente ligados a associações nas comunidades, Juazeiro (Associação comunitária Agropastoril de Curral Novo e Jacaré), Sento Sé (Associação dos Apicultores de Sento Sé) e Curaçá (Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado), o trabalho envolve diversas famílias na geração de emprego e renda, com produção, extrativismo e beneficiamento local.

**Figura 04:** Localização geográfica dos grupos pesquisados:



Fonte: Adaptação do Google Earth, 2020.

A fragmentação em apenas três grupos, também se dá baseado na afirmação de Lima et al. (2018, p. 30) “Quanto mais se fragmenta a realidade melhor se consegue explica-la”. Foram incluídos na pesquisa, aqueles grupos que realizam a produção constante nas unidades de beneficiamento nas comunidades rurais a qual fazem parte, identificados no dialogo inicial com a Central da Caatinga, como grupos destaques. Curral Novo, AAPSSE e AMAFE foram escolhidos pelo critério de acessibilidade, levando em consideração que o Território Sertão do São Francisco é composto 10 cidades e há grupos ligados à Central da Caatinga em todas elas, assim o raio de distância é muito grande para realização da pesquisa com todos, gerando custos e onerando tempo, o qual para essa pesquisa não seria possível.

É preciso citar ainda o contexto da pandemia COVID-19 que impossibilitou o deslocamento, como também parte da realização da pesquisa de maneira presencial, neste sentido levamos em consideração também as possibilidades de acesso a comunicação.

## 2.2. A Pandemia Covid-19 e a Coleta

Para a melhor estruturação da pesquisa, primeiramente realizou-se a busca por documentos, recortes de notícias e artigos, que trouxessem respostas aos objetivos já citados da pesquisa, sendo posteriormente analisados, a luz do conceito cunhado por Paul Singer.

Para a segunda etapa, considerou-se as entrevistas semiestruturadas, com esclarecimento nas perguntas – quando necessário -, bem como a facilidade de aplicação para pessoas com diferente grau de escolaridade (PRODANOV E FREITAS, 2013). Ela foi aplicada aos grupos Curral novo, AAPSE e AMAFE, onde cada pergunta era direcionada ao grupo no coletivo. A forma de contato durante a pesquisa aconteceu mais diretamente com os presidentes das associações, isso por conta da impossibilidade do contato direto com todos os membros, por conta do contexto da pandemia Covid-19.

Em março de 2020 a pandemia do Covid -19, chegou ao Brasil, e com isso toda a pesquisa precisou ser repensada, levando em consideração os riscos existentes para a pesquisadora, bem como para o público colaborador. Desta forma, parte final da pesquisa foi realizada de maneira online, sendo prejudicada por conta da falta de conexão em alguns lugares, e que muitas vezes deixava a pesquisadora sem conseguir realizar os contatos de maneira eficiente. A Academia Brasileira de Ciências-ABC, cita que a pandemia vem afetando a produção científica de muitos pesquisadores brasileiros, e que estes tiveram que se adaptar a trabalhos remotos.

A estruturação da entrevista realizada com os três grupos, estava dividida em 6 partes: Concepção do grupo e principais atividades desenvolvidas; relação de gênero e Juventude; envolvimento dos membros e cooperação; gestão; relação com a Central da Caatinga e Compreensão do conceito economia solidária.

Para compreender os motivos que culminaram para a concepção da Rede Central da Caatinga, foram realizadas entrevistas com três assessores técnicos, os quais participaram diretamente da rede Sabor Natural do Sertão e que, contribuíram com o processo de institucionalização da Rede Central da Caatinga. Foi realizada entrevista também com o atual presidente da Rede. Além da análise de documentos: ata da assembleia de formalização da rede e estatuto aprovado na mesma ocasião, todos cedidos e permitidos a leitura por membros e assessores que fizeram parte desta pesquisa, foram analisados ainda recortes de notícias da época, encontrados

em sites de entidades colaboradoras com a Central da Caatinga. Ressaltamos ainda que todas as entrevistas foram semiestruturadas.

Os participantes da pesquisa tiveram seus nomes preservados por critérios éticos, os assessores aqui serão tratados como A1, A2 e A3, preservando assim as identidades de todos. Da mesma forma, os empreendimentos que fizeram parte da pesquisa, em alguns pontos tiveram seus nomes preservados, sendo tratados como G1, G2 e G3.

#### 2.2.1. Caracterização do perfil dos grupos

Foram pesquisados 3 grupos, caracterizados de acordo com o local em que estão inseridos; tipo de produção; formas e locais de comercialização; ano e principais motivos da concepção dos grupos, além da relevância destes empreendimentos para as comunidades na qual estão inseridos.

#### 2.2.2. Verificação da existência dos objetivos e princípios da economia solidária

Tal procedimento se deu com base nas entrevistas realizadas, e através de observações do cotidiano de trabalho coletivo dos sujeitos nos empreendimentos. Lima et al. (2018), afirmam que as observações permitem um estudo mais direto do objeto pesquisado.

#### 2.2.3. Destaque da relação existente entre os empreendimentos pesquisados e a Central da Caatinga

Tal destaque foi verificado nas respostas dadas por os grupos, assessores que trabalharam e/ou ainda trabalham com esses empreendimentos e com a Rede, bem como também por o presidente da mesma. Foi levando em consideração a relação dos empreendimentos com seus pares, bem como a relação com a própria coordenação da rede.

#### 2.2.4. Relação com a economia solidária



Por fim, para compreender a relação dos grupos pesquisas com a proposta da economia solidária, foi pontuado junto aos mesmos, o entendimento destes sobre essa temática.

### 2.3. Análise de dados

O processo analítico dos dados levou em consideração Oliveira Netto (2008), quando descreve que a análise, bem como a interpretação dos dados obtidos durante a pesquisa devem passar por um processo criterioso, onde a compreensão do mesmo deve estar de encontro ao núcleo central da pesquisa.

Culminando assim com a fala de Prodanov e Freitas (2013, p. 115):

Seja qual for a técnica (ou técnicas) de coleta de dados, o objetivo da etapa da análise e interpretação desses dados é responder, do melhor modo possível, ao problema de investigação formulado e verificar a(s) hipótese(s) elaborada(s). [...] Um dado não fala por si mesmo. Ele deve ser interpretado à luz de outros dados.

A análise e interpretação dos dados se deu de com base nas entrevistas semiestruturadas e observações realizadas, partindo dos indicativos já estabelecidos no processo metodológico estabelecidos, com conexões realizadas por meio do referencial teórico e complementadas com o parecer do pesquisador.

A pesquisa segue todas as normas éticas de realização de pesquisas com seres humanos, está registrada na Plataforma Brasil, a partir do número de aprovação 09978019.9.0000.5196.

## Capítulo 3

### Território e a Economia Solidária – estruturação, desenvolvimento e consolidação

Dentro da discussão de economia solidária no Território Sertão do São Francisco, é preciso levar em consideração as instituições que discutem e/ou vivenciam essa realidade, neste contexto, trazemos a Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga, buscando compreender os pontos-chaves que levaram à constituição da Rede, a partir do olhar dos envolvidos. Caracterizamos três grupos ligados à Central e a conexão com a mesma, bem como a relação com princípios da economia solidária.

#### 3.1. Da Rede Sabor Natural do Sertão à Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga

A formação da Rede Sabor Natural do Sertão (RSNS), atual Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga (CECAAT), teve sua base ainda na década de 1980, com o trabalho em áreas rurais, desenvolvido por as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e o apoio da diocese de Juazeiro e Paulo Afonso. No início da segunda metade dos anos da década de 1990 o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irapaa), junto as dioceses já citadas, iniciaram os trabalhos com as comunidades rurais de Curaçá, Uauá e Canudos (região CUC).

A RSNS, tinha ações voltadas para o desenvolvimento local de base agroecológica, com a missão de trabalhar com entidades e grupos da agricultura familiar e de comunidades tradicionais, fortalecendo a participação destes nos processos produtivos na busca do desenvolvimento sustentável. O trabalho era voltado para seis linhas: informações e capacitação; articulação e mobilização dos grupos; comunicação e marketing; gestão da marca; produção e beneficiamento; e Comercialização.

A linha do tempo no quadro a seguir, traz os principais acontecimentos que a atual Rede Central da Caatinga vivenciou até a sua constituição:

**Quadro 03:** Linha do tempo:

REDE	ANO	ACONTECIMENTOS
------	-----	----------------

<b>SABOR NATURAL DO SERTÃO</b>	1996	Irpaa realiza formação com mulheres, sobre o beneficiamento de frutas, em Uauá.
	1999	Projeto- PROCUC (Programa de convivência com o semiárido em Canudos, Uauá, e Curaçá).
	2000	Formou-se o Grupo Unidos do Sertão.
	2003	Surgiu a Coopercuc (Cooperativa Agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá).
	2004	Surgiu a Rede Sabor Natural do Sertão.
	2005	Logomarca “O Sabor natural do Sertão”.
	2007	Projeto- Planseq/Ecosol, inserção de novos estados: PI e PE, e outras regiões da Bahia.
	2011	Projeto- Incubadoras, com o apoio da Fapesb.
	2014	Projeto- Conab, de apoio a rede executado por a Coopercuc.
		Rede ficou restrita ao TSSF.
	2015	Projeto- Intercâmbios solidários (Semear Internacional).
2016	Projeto- Ecoforte, apoiando a formalização e estruturação.	
<b>CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DA CAATINGA</b>	2016	Institucionalização Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga.
	2017	Venda de produtos no escritório do projeto Ecoforte.
	2018	Loja no centro de Juazeiro (espaço alugado).
		Projeto Aliança Produtiva.
	2019	Projeto Ecoforte, apoiando a comercialização.
	2020	Construção do espaço físico de comercialização.

Fonte: Adaptado de ANA 2020, com dados coletados nesta pesquisa.

A linha do tempo apresentada, traz alguns recortes temporais, divididos por ano, destacando os principais acontecimentos que culminaram com o surgimento da Rede Sabor Natural do Sertão, e posterior Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga.

As atividades tiveram início em 1996, através de uma articulação do Irpaa, neste período, a ONG realizou algumas formações na zona rural do município de Uauá, envolvendo mulheres e jovens com o intuito de discutir diversas questões sociais

e a geração de renda, através do beneficiamento de frutas locais, com uma base na convivência com o semiárido. A primeira formação contou com 7 mulheres. A partir daí, as atividades desse cunho, passaram a ser realizadas com mais frequência e integrando mais pessoas e grupos. Logo, em 1999, já integravam essa discussão mais de 30 comunidades, sendo os encontros viabilizados por o Programa de Convivência com o Semiárido nos Municípios de Canudos, Uauá e Curaçá (Procuc), onde se discutia a preservação do Umbuzeiro, e a utilização do umbu como uma das alternativas para a melhoria das condições de vida das famílias da região.

No ano 2000, este grupo que se reunia, passou a se identificar com o nome Unidos do Sertão, sendo este o primeiro arranjo comunitário destes três municípios, objetivando o aperfeiçoamento na qualidade dos produtos, bem como a inclusão de outras comunidades, nas discussões e trabalho de processamento das frutas nativas. É necessário levar em consideração que neste momento outras regiões já começavam a discutir junto com o Grupo Unidos do Sertão.

Em 2003, por já haver uma diversidade de grupos informais de várias regiões integrando essas discussões (não só mais da região CUC), processando o umbu e outras frutas nativas, foi se desenhando o formato da RSNS, neste sentido, surgiu a ideia de dar nome ao arranjo que ia se formando. Surgiu a iniciativa de criar a marca Sabor Natural do Sertão para dar identidade aos produtos desses grupos.

“A marca iria dar uma identidade aqueles grupos que não tinham nem nome as vezes, essa seria uma forma de identificar os produtos daqueles diferentes grupos” (A 1).

Em 2003, a discussão já se encaminhava para busca de estratégias que viessem a dar continuidade aos trabalhos na região CUC, bem como fortalecer as diversas discussões já iniciadas na região em 1999, através do Procuc. Levando em consideração que o programa já estava em sua fase final de execução, e que a RSNS tinha uma abrangência maior.

“Naquele momento surgia uma discussão sobre a possibilidade de se criar uma organização que substituísse o PROCUC quando o mesmo finalizasse, pois não era este um projeto contínuo, seria necessário pensar estratégias, nessa discussão que nasceu a Cooperativa Agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc), com uma média de 40 agricultores/as sendo as mulheres em maior quantidade” (A 3).

A Rede Sabor Natural do Sertão, tem sua existência oficializada através da discussão em 2004, envolvendo grupos formais (cooperativas e associações) e grupos informais, com isso o trabalho de convivência com o Semiárido foi ampliado, e o acesso as políticas públicas foram possíveis, a exemplo do PAA e consequentemente o PNAE.

“A rede surge com a necessidade de se ampliar, de acessar recursos públicos e projetos, e potencializar o processo produtivo. A rede era um espaço de discussão e articulação política, e tinha não só organizações formais, como associações cooperativas, mais tinham também grupos informais, grupos de produção, grupos de jovens, grupos de agricultores, tinha essa incumbência de articular agricultores e suas comunidades tradicionais” (A 3).

Neste período, já ocorria a participação das entidades de apoio à agricultura familiar que foram de grande importância para o processo, com a presença além do Irpaa, do Sasop (Serviço de Assessoria a organizações Populares Rurais) e Garra (Grupo de Apoio e de Resistência Rural e Ambiental) em Irecê, Ba.

É importante salientar que a rede não foi formalizada em registro, ou seja, não nasceu como pessoa jurídica, e não haviam representantes legais.

“A Rede existia, mais não havia uma representação legal, alguém que puxasse as formações e atividades, era necessário que o Irpaa realizasse com a equipe e direcionasse o grupo. Era aquela coisa, se sentiam Rede mais precisavam que alguém estivesse ali também incentivando” (A 1).

De acordo com Santos (2008), em 2005 foi realizado o primeiro seminário ampliado desta Rede, onde foi criada a primeira logomarca, que trazia impressa a frase “O Sabor Natural do Sertão”.

“Os grupos que beneficiavam começaram a sentir a necessidade de uma marca para vender seus produtos, nisso a rede foi transformada em uma marca, ‘Rede Sabor Natural do Sertão’, a mesma não foi registrada na época, foi apenas escrita. Todos os grupos que beneficiavam passaram a utilizar o nome ‘Rede Sabor Natural do Sertão’ como sua marca no rotulo dos produtos, essa era a marca própria para todos os grupos” (A 2).

As ações se ampliam em 2007, com o Planseq (Plano Setorial de qualificação profissional e social dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais), que era financiado pelo ministério do trabalho, com recurso do Fundo de amparo ao trabalhador. Em 2007 e 2008 foi executado pelo instituto Paulo Freire, com sede em São Paulo, em 2009/2010, o Irpaa foi aprovado em seleção e passou a executar o projeto junto a RSNS. Neste momento outras regiões da Bahia passaram a fazer parte da rede, bem como outros estados, como é o caso de Pernambuco e Piauí.

“O Planseq trazia formações em diversas áreas para os grupos que faziam parte da RSNS, a exemplo de beneficiamento da produção, comercialização, criação de marcas, formação de preços. Neste período houve a intensificação de grupos se identificando como rede” (A 2).

Nessa discussão, a Rede já contava com mais de 80 grupos, que se identificavam como tal, participando das discussões e formações. Dos 80 grupos: 78 da Bahia, dos territórios Sertão do São Francisco, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte da Diamantina, Irecê, velho Chico, Bacia do Rio Corrente, Sertão Produtivo e Médio Rio de Contas, 4 grupos no estado de Pernambuco e 5 grupos no Piauí. As formações aconteciam nos estados, como também através de intercâmbios, para troca de conhecimento entre os/as agricultores/as.

“Essa expansão a rede se deu, por que o Irpaa sempre teve incidência em outros estados e se especializou no debate sobre produção apropriada e já fazia atividades pontuais nos estados, em parceria com a Caritas em São Raimundo Nonato no Piauí, fazia parceria também com uma associação de agricultores de Mirandiba em Pernambuco e em Irecê com o Garra. No velho Chico com a Fundifran (Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco). O Irpaa ao ver esse edital regional para fortalecer empreendimentos e redes, começa a mobilizar essas entidades, e essas entidades começam a mobilizar os empreendimentos para aderirem a expansão da Rede Sabor Natural do Sertão” (A 3).

Os grupos já se sentiam tão empoderados, que solicitavam capacitações das entidades parceiras, de acordo com as suas necessidades. Por falta de recursos de projetos específicos para custear as atividades, as entidades parceiras disponibilizavam o técnico para realizar as formações, e os próprios grupos arcavam com passagens, alimentação e hospedagem, sendo que tudo ocorria coletivamente e de forma solidaria.

“A rede era formada por pessoas que tinha objetivos comuns: produzir e comercializar, mais não havia ninguém coordenando, os grupos por si só solicitavam formações de acordo com as suas necessidades. Dentro de todos esses anos de formação os grupos se estruturaram, se capacitaram e passaram a dar formações também, até para gestores municipais, um exemplo é o PNAE, que em alguns municípios as associações é quem gerenciam, por que infelizmente o gestor do município não sabe como é faz” (A 2).

A Rede não tinha estatuto, mais foi escrita uma carta na qual citava os valores da mesma, cujo a missão era ser referência na comercialização e consumo de produtos agroecológicos das cooperativas da agricultura familiar, com a visão de Contribuir com o desenvolvimento sustentável dos agricultores e agricultoras familiares do Semiárido Brasileiro. A carta também trazia alguns princípios: economia solidária; segurança alimentar e nutricional; equidade nas relações de gênero e etnia; agricultura familiar e comunidades tradicionais; harmonia com o meio ambiente e conservação dos recursos naturais; pratica do associativismo e cooperativismo; gestão participativa e compartilhada; valorização e respeito à pluralidade e à diversidade cultural.

O público alvo da Rede, sempre foi agricultores familiares organizados em associações e cooperativas; entidades não governamentais de assessoria aos trabalhadores e trabalhadoras; grupo de trabalhadores e trabalhadoras das comunidades tradicionais cujos sistema de produção se baseiam na agroecologia; organizações da sociedade civil do rumo do ramo da produção e comercialização na lógica da economia solidária. Com isso ficava fora da discussão da Rede, quem estava enquadrado no agronegócio, monopólio da água, concentração da terra e pessoas com trabalhos individuais.

Em 2011, a Rede passa a ser acompanhada por o projeto Incubadoras, sendo este coordenado por o Irpaa, e financiado através da Fapesb, o mesmo visava aos grupos integrados à Rede Sabor Natural do Sertão, contribuir com a melhor geração de trabalho e renda, baseado na produção, transformação e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar. Tal projeto, promoveu uma convivência harmoniosa entre as pessoas, meio ambiente e as relações sociais e econômicas.

Em 2014, os grupos vinculados a RSNS, participam de um programa de formação, viabilizado pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento),

executado por a Coopercuc, o programa trabalhava na perspectiva da garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade. Este ano de 2014, também marca a redução dos grupos que faziam parte da RSNS, isso se deu por conta da participação do Irpaa em uma chamada pública de fortalecimento produtivo, ficaram na discussão mais direta apenas 10 grupos do Território Sertão do São Francisco, sendo que os demais participavam das discussões indiretamente.

“Tinham muitos grupos, quando eu entrei, comecei a entender e percebi que rede estava muito dispersa, ‘tá vendo que não vai dar certo’, tinha gente de muitos lugares da Bahia também. Aquilo me incomodava, já tínhamos uma Rede frágil, que era carregada nas costas pelo Irpaa, os grupos se deixassem só acabava a ideia de Rede e ninguém se juntava mais, e ainda tinha essa questão de está espalhada em várias regiões e em outros estados. Eu disse não, tá errado, a gente tem que focar no território, e na adequação do projeto Ecoforte, colocamos 20 grupos da região do TSSF, pra formara uma Rede Territorial [...] dentro deste projeto a atuação seguiu mais diretamente em 10 grupos” (A 1).

O ano de 2015 é considerado um marco para institucionalização da rede, neste período foi dado início as discussões de como esta se desenharia, para tanto o Irpaa no final de 2014, fez parte da seleção do projeto do Semear Internacional, de Apoio à proposta de gestão do Conhecimento em zonas Semiáridas do Nordeste do Brasil. A ONG foi aprovada para a execução do projeto, com a proposta intitulada “Intercâmbio Solidário: Fortalecendo Iniciativa de Articulação da Rede Sabor Natural do Sertão-SNS”. A participação nesta seleção se deu em comum acordo com os membros da RSNS, que tomaram a decisão no seu decimo encontro interestadual ocorrido em novembro de 2014.

Esta proposta tinha como objetivo, de fortalecer e formalizar juridicamente a Rede de articulação dos grupos produtivos (Cooperativas, associações e grupos informais), focando na melhoria da produção, gestão e comercialização, por meio de formações, oficinas e intercâmbios, sempre baseados nos princípios da Economia solidária, Agroecologia e articulações políticas, a execução do projeto teve duração e 6 meses, iniciado em abril e finalizado em setembro de 2015.

“O projeto tinha o intuito de dar um formato a rede, com isso os recursos foram utilizados para fazer reuniões e intercâmbios para conhecer outras redes, e beber de outras fontes. O Irpaa foi o executor, e eu por ter escrito tal projeto, fiz a coordenação do mesmo. Muitas pessoas que já tinham experiência com Redes se envolveram



e contribuíram com as discussões [...] fizemos nosso primeiro intercambio para conhecer a Rede Gavião no Sudoeste da Bahia, nessa mesma viagem passamos em Serrinha (BA), e conhecemos lá o Armazém da Agricultura Familiar, sendo este o primeiro Armazém feito na Bahia e coordenado pela Arco do Sertão, lá conhecemos a dinâmica de funcionamento e como os grupos se organizavam para fazer parte do mesmo e viabilizar a chegada dos produtos. Deste momento participaram 2 pessoas de cada grupo do TSSF, na Rede Gavião todos se encantaram com o formato. E a partir daí fomos decidindo como seria o formato da nossa Rede” (A 1).

O ano de 2015 foi atípico, com muitas ações em torno da Rede Sabor Natural do Sertão. Com início da execução do projeto Ecoforte Redes, que faz parte do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica, sendo financiado pelo do Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) e Governo Federal. O projeto atendeu diretamente dez grupos, distribuídos nos municípios do território Sertão do São Francisco, as ações do projeto também se estenderam a outros grupos presentes no território. O trabalho potencializou a realização de vários encontros e atividades, que tiveram foco na estruturação e formalização da RSNS.

Esta demanda de formalização, surge a partir de uma necessidade organizacional maior, que representasse todos os empreendimentos do Território Sertão do São Francisco, de forma jurídica, com representação formal, deixando de ser apenas uma ideia defendida e apoiada pelo Irpaa, para se tornar uma organização formalizada e concretizada em busca de seus próprios ideais e objetivos. Com a demanda de formalização da Rede, surgiu a necessidade de discutir temas mais específicos de associativismo no cooperativismo, discutindo a importância da organização dos grupos e criação e/ou regularização de cooperativas. Um dos resultados desse trabalho foi a Criação da Cooperativa Agropecuária Familiar de Massaroca e Região (Coofama), e a Cooperativa Agroindustrial do Vale do Paraíso (Cooperparaiso) em Sobradinho, Ba.

“No formato adotado, tiveram vários prós e contras, por que na formalização vários grupos seriam excluídos, por que só ficariam no núcleo do Central as cooperativas, e tinham cooperativas que haviam chegado recente na discussão, e muitos grupos antigos não eram cooperativas, ficando assim de certa forma excluídos. Ainda fizemos reuniões com diversos grupos da RSNS, em várias cidades do território para que se formalizassem cooperativas, formalizando apenas a Coofama e a Cooperparaiso. Contudo, havia um acordo em

que a Central não poderia abandonar os grupos e associações que estavam desde do início RSNS” (A 1).

Neste sentido, o nome Rede Sabor Natural do Sertão, não era mais representativo para este coletivo. Seria necessário um nome com peso, e que representasse fortemente o que se discutia, visando a proposta de comercialização, sendo este um dos impasses mais limitantes dentro daquele coletivo. Como a comercialização sempre foi o tema central do debate da institucionalização da Rede, foi esta questão que determinou o formato adotado, de uma Central de Cooperativas.

“Era preciso um nome que representasse a todos e respeitasse a dinâmica a qual estava proposta” (A 2).

“Pensou se em vários nomes para representar esse coletivo, precisava ser um nome simples e que chamasse a atenção, o nome constituído com a palavra ‘Sertão’ já não era mais representativo, pois a nossa visão de semiárido traz uma discussão contrária. Então o nome mais indicado foi o de ‘Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga- CECAAT’, com o nome fantasia de Central da Caatinga, fazendo alusão a Central do Cerrado que que já existe comercializando produtos do Cerrado e que muito contribui também para a formalização desta Rede” (A 1).

Em abril de 2016, se concretiza a institucionalização tão sonhada, a assembleia geral aconteceu na cidade de Uauá, contando com a participação de diversas cooperativas, que passaram a integrar juridicamente a Central. Foi eleito para presidente, Adilson Ribeiro, membro de umas das cooperativas singulares, da qual o mesmo já havia sido presidente por um longo período.

“Com a formalização da Rede, a sua abrangência passou a ser maior, tendo abrangência até em nível nacional, como está previsto em seu estatuto que qualquer cooperativa do país que esteja dentro dos princípios abordados pela rede pode se filiar” (direção da Central da Caatinga).

Em 2016, também se inicia a comercialização de produtos em um espaço físico, com produtos de diversos grupos, sendo das cooperativas filiadas à Rede, como também os diversos grupos formais e informais da RSNS, e que estavam sendo acompanhado direto ou indiretamente via projeto. É importante salientar, que esta

primeira experiência era gerida por os assessores contratados para a execução do projeto Ecoforte Redes, era uma espécie de loja pequena, que funcionava no escritório do projeto, no bairro Castelo Branco, em Juazeiro.

“Este primeiro espaço de comercialização tinha pouca visibilidade, pois ficava em um bairro afastado do centro. Os grupos passaram a visitar o espaço e foi fortalecendo a ideia de levar a loja para o centro da cidade, para que desse mais visibilidade aos produtos da agricultura familiar e o fortalecimento dos empreendimentos e da própria Central. Pois quando a gente constituiu a Central, já foi com essa ideia, de viabilizar a comercialização dos empreendimentos, dos produtos da agricultura familiar” (direção da Central da Caatinga).

A Central de Comercialização das Cooperativas da caatinga (CECAAT), foi institucionalizada em 2016, com seu registro formal em fevereiro de 2017. Como pessoa jurídica, a CECAAT agora tem autonomia para busca de projetos e concorrer a diversos editais. Ao final deste mesmo ano o Irapaa faz a inscrição para concorrer a segunda edição do edital Ecoforte, visando dar continuidade ao acompanhamento dos grupos e fortalecimento da Rede na comercialização.

Em março de 2018, a CECAAT inaugurou a sua loja em um espaço alugado, no centro de Juazeiro, desta forma os produtos que eram comercializados no escritório do Ecoforte, passaram a ser comercializados neste espaço. A partir daí, a Central passou a ser responsável diretamente por toda a articulação da chegada dos produtos até a loja.

Os produtos são bastante variados, incluindo desde derivados de frutas como o próprio Umbu e Maracujá do Mato, até mandioca, mel, leite, peixes, caprinos, dentre muitos outros. A Central da Caatinga, antes conhecida como Rede Sabor Natural do Sertão, tem entre seus cooperados grupos filiados à UNISOL. Desenvolve um trabalho em rede, com atenção voltada à agregação de valor aos produtos e à preservação do meio ambiente (UNISOL Brasil, 2017).

Ainda em 2018, a Central participou e foi aprovada em um edital do governo do estado (Aliança Produtiva), para fortalecer a base de produção da caprinovinocultura, junto as associações e cooperativas, visando a comercialização da carne e de seus subprodutos. O trabalho está sendo realizado com mais de 500

agricultores, nesta proposta, há também a construção de uma fábrica de ração em Juazeiro, para que o insumo chegue com custos mais baixos aos produtores.

Em Junho de 2019, o Irapaa inicia as atividades da 2ª edição do Projeto Ecoforte, trabalhando a com a proposta “Rede Central da Caatinga Fortalecimento do Beneficiamento e Comercialização da Produção no Semiárido”, o projeto tem previsão de duração para 18 meses.

“A participação neste edital foi de suma importância, pois veio dar continuidade nas atividades referentes a organização na base produtiva e de comercialização, fortalecendo assim um trabalho já iniciado a tempos atrás” (A 2).

Em fevereiro de 2019, foi assinado o convênio que visa construção do Empório da Caatinga, sendo este o novo espaço de comercialização da Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga (CECAAT), a assinatura se deu via Governo do Estado, por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), por meio do projeto Pró-Semiárido. Esta é uma importante estratégia para dar maior visibilidade aos produtos da agricultura familiar, viabilizando a comercialização destes produtos no território.

A construção do empório teve início nos primeiros meses de 2020, em uma área da orla de Juazeiro, a construção está sendo feita em um prédio histórico, desta maneira a estrutura externa será preservada. O novo espaço, contará com a área de comercialização dos produtos (da mesma forma que já acontece na loja atual), restaurantes, lanchonete e feira de produtos orgânicos. Além de um auditório para realizar formações e encontros. A previsão de finalização da construção é para dezembro deste ano (2020), e com inauguração a partir de abril do ano seguinte.

“A proposta neste novo espaço é que tenham mais de 4 mil produtos diferentes, gerando mais trabalho e renda para as famílias. É também para que os produtores se sintam parte do projeto, por que se eles não se sentirem dentro o projeto, se ele não e sentir parte, a gente não vai conseguir avançar muito não, ele não pode ser meramente um agricultor que chega lá, produz e entrega, a lógica é que ele se sinta dentro do todo” (direção da Central da Caatinga).

A Central de comercialização das Cooperativas da Caatinga, é constituída formalmente por 09 cooperativas, que estão espalhadas em 04 Territórios de Identidades, Sertão do São Francisco (Juazeiro, Canudos, Uauá e Sobradinho), Sisal (Monte Santo e Tucano), Médio Rio de Contas (Manoel Vitorino) e Piemonte da Diamantina (Capim Grosso). Contando com uma diversidade ampla de produtos, visíveis no quadro a seguir.

**Quadro 04.** Cooperativas da Rede:

<b>Cooperativa</b>	<b>Principal atividade</b>	<b>Município</b>
CIVAB - Cooperativa dos Irrigantes do Vaza Barris	Plantio irrigado de banana	Canudos
COPERCUC - Cooperativa de Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá	Beneficiamento de umbu e outras frutas nativas	Sede administrativa em Uauá, com atuação também em Curaçá e Canudos
COOFAMA – Cooperativa Agropecuária Familiar de Massaroca e Região	Beneficiamento de umbu e outras frutas nativas/ produção de ovos	Juazeiro
COOPERPARAISO – Cooperativa Agroindustrial do Vale do Paraíso - Sobradinho-Ba	Polpa de frutas	Sobradinho
COOPES - Cooperativa de Produção e Comercialização dos Derivados de Peixe de Sobradinho	Beneficiamento de peixe	Sobradinho
COOPERLAD – Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Lagoa de Dentro e Região	Beneficiamento de umbu e outras frutas nativas	Tucano
COOPERSABOR - Cooperativa Regional de Agricultores/as Familiares e Extrativistas da		Monte Santo

Economia Popular e Solidária (ARESOL)	Beneficiamento de frutas, derivados da mandioca, cadeia produtiva de caprinos e ovinos	
COOPROAF – Cooperativa de Produção e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar do Sudoeste da Bahia	Beneficiamento de umbu e outras frutas nativas	Manoel Vitorino
COOPES – Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina	Beneficiamento do licuri	Capim Grosso

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O quadro diretor que constitui a CECAAT, está espalhado por diversas cidades dentro e fora do TSSF, a direção é composta por: diretor presidente, diretor de operações, diretor financeiro e diretor de comercialização, além do conselho fiscal que é composto por três membros efetivos e três suplentes. A escolha é realizada através de assembleia geral.

“Quanto à distância destas cooperativas, há um pouco de dificuldade, pois o quadro de diretoria da Central está nessas cooperativas, quando há processos para resolver no banco, ele é presencial com a presença dos dois, do tesoureiro e do presidente, e como nossa diretoria financeira é de Tucano e também preside outra cooperativa, temos um pouco de dificuldade nesse sentido” (direção da Central da Caatinga).

Apesar desta dificuldade, o diretor presidente da Central da Caatinga, cita em um outro momento, que isso não é um impeditivo para o andamento das atividades, pois há algumas decisões mais simples que podem ser tomadas por ele mesmo junto a equipe de execução que está ali diariamente. As decisões que podem comprometer a integridade da CECAAT ou da diretoria, são discutidas no coletivo com estes, nas reuniões que ocorrem mensalmente com a diretoria, ou em assembleia geral e/ou extraordinária.

É importante frisar que, apesar do quadro regular da CECAAT ser constituído apenas por cooperativas, há o apoio e viabilização da comercialização de produtos de

diversos grupos, os quais já integravam a RSNS, formado por associações, cooperativas e grupos informais (compostas por agricultoras/es, apicultoras/es, pescadoras/es e grupos de mulheres, quilombolas, e pescadoras/es artesanais), que mesmo com institucionalização da rede permanecerem dentro das atividades ligadas a mesma. São mais de 20 empreendimentos formais (quadro 05).

Os princípios e valores da rede estão fundamentados e inspirados na Economia Solidária, visando construir e afirmar um novo modelo de desenvolvimento, baseado na cooperação e na solidariedade entre os atores sociais, especialmente entre produtoras/es e consumidoras/es (CORTINES, 2019).

**Quadro 05.** Grupos produtivos que fazem parte das atividades da Rede.

<b>Grupo ou Associação</b>	<b>Principal atividade</b>	<b>Comunidade/município</b>
Associação comunitária Agropastoril de Curral Novo e Jacaré*	Beneficiamento de umbu e outras frutas nativas	Comunidade de curral Novo distrito de Massaroca, Juazeiro
Associação dos pequenos produtores de Canoa e Oliveira*	Produção de ovos	Comunidade de Canoa, distrito de Massaroca, Juazeiro
COOPERVIDA- Cooperativa Agropecuária Familiar Orgânica do Semiárido	Cultivo orgânico	Sede administrativa em Juazeiro, e abrange os municípios de Juazeiro, Sento Sé, Curaçá, Santa Maria da Boa Vista e Orocó.
Associação de Pequenos Produtores de Baraúna e Angico Salitre	Beneficiamento de tamarindo	Comunidade de Baraúna-Salitre, Juazeiro
Associação de Mulheres Produtoras de Doce e Massas de Laginha	Produção de derivados da mandioca	Comunidade de Laginha, Juazeiro
AMAFE – Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado	Produção de derivados da mandioca e geleias	Comunidade de Esfomeado, Curaçá

Associação Quilombola da Faz. Nova Jatobá	Produção de derivados da mandioca	Comunidade de Nova Jatobá, Curaçá
Associação de Salina da Brinca	Produção de derivados da mandioca	Comunidade de Salina da Brinca, Casa Nova
Cooperativa dos Apicultores de Campo Alegre de Lourdes - COAPICAL	Produção e mel	Campo Alegre de Lurdes
APPR-Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso	Pesca e beneficiamento do peixe	Remanso
AMOMA – Associação de Moradores de Marco	Beneficiamento de frutas	Comunidade de Novo Marco, Remanso
Associação Dos Pequenos Agropecuaristas Da Fartura	Beneficiamento de frutas	Comunidade de Fartura, Sento Sé
Associação dos Esportistas, Estudantes e Agricultores de Lages	Beneficiamento de frutas	Comunidade de Lages, Sento Sé
Associação dos Apicultores de Sento Sé	Beneficiamento de frutas, cadeia produtiva da mandioca e produção de mel	Comunidade de Andorinha, Sento Sé
Associação de Fundo de Pasto dos Pequenos Produtores e Apicultores da Comunidade Ladeira Grande	Beneficiamento de frutas, cadeia produtiva da mandioca e produção de mel	Comunidade de Ladeira Grande, casa Nova
Grupo Tumásia Sabor e Arte	Produção de derivados da mandioca	Casa Nova
Associação da Fazenda Melancia	Produção de derivados da mandioca	Comunidade de Melancia, Casa Nova

\*Vinculada a COOFAMA

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Analisando o quadro acima, observamos cada grupo exposto e sua respectiva organização social, ora estão representados em cooperativas, ora representados em



associações, estão sempre juntos a um coletivo. Godoi et al., (2009), citam a necessidade de compreensão das diversas formas de organização econômica, social e cultural no campo, levando em consideração os diferentes espaços temporal e social bem como, cada particularidade dentro do contexto histórico. Ainda, analisando as atividades principais dos grupos produtivos, é possível perceber uma grande diversidade da produção, isso se deve principalmente ao curso do rio São Francisco, que percorre 420 km no território e margeia a maioria dos municípios, com exceção de Campo Alegre de Lourdes, Uauá e Canudos (PTDRS, 2008).

Carvalho (2014), cita que no TSSF a relação com os recursos naturais tem gerado uma diversificação na produção de alimentos (doces, biscoitos, bebidas, etc.), e que, estes produtos podem ser categorizados como de identificação do território, pois trazem um fortalecimento as relações de pertencimento local e territorialidades, além da valorização de plantas e frutas locais.

Por fim, com a formalização da Rede, é possível mostramos alguns pontos positivos e negativos, citados por meio dos assessores entrevistados, e que devem ser levados em consideração para a compreensão da situação atual da Rede, e o comportamento dos grupos.

“Teve seus pontos positivos, em relação a acessar editais e recursos públicos, consegui a loja (ponto fixo) e também avançar no processo de comercialização dos produtos dos grupos que já estavam com os produtos organizados para comercializar, então isso é muito bom. Mais existe o processo de gestão que ainda não consegue ser feito totalmente, a gestão administrativa ainda é uma coisa difícil, pois apresenta pendências e falhas, além de ser concentrado em poucas pessoas, quem de fato deveria assumir as funções, ainda não assume” (A 2).

“Vejo como ponto crítico a montagem da equipe de trabalho, pois as pessoas que chegaram pra trabalhar pós formalização e abertura da loja, não conheciam a história da loja, não conhecia todo o percurso e as discussões feitas em cada grupo. Além do compromisso de continuar apoiando os grupos que já eram RSNS, mesmo que não fossem cooperativas, recebendo os produtos e comercializando na loja, ai quem entrou depois não tinha esse entendimento, e começou a trazer desconforto a estes grupos” (A 1).

“Tínhamos muitos desafios nos grupos, faltavam rotulagem, marca e embalagem adequada, por mais que o produto fosse de qualidade, mais não tinham como vender e expandir a comercialização, com um projeto executado através do Irapaa, foi possível alguns grupos

alcançarem esse patamar, avançamos muito neste sentido [...]. Desafio hoje, é você dá vida uma Central com o protagonismo dos agricultores, por que certa forma hoje você tem uma sobrecarga em determinadas pessoas ou determinada pessoa, por que os agricultores já sentem representados por esse, e de qualquer forma isso gera uma sobrecarga. E ai eu vejo isso sim como principal desafio, que é como é que ela tem a cara na gestão das famílias, dos agricultores, dos grupos produtivos, pra não personalizar a Central a A, B ou C [...], como envolver os agricultores, como é que eles tem mais protagonismo na gestão da Central, este é o grande desafio dentro da rede. Olhando para fora, vejo ainda a logística como grande desafio, uma logística que seja eficiente, pra atender os diversos canais de comercialização, sejam eles formais, não formais, institucionais, não institucionais, precisa se de um plano de logística [...] e também de um plano de marketing” (A3).

Dentro das falas dos três Assessores, é possível identificar que estes visualizam como a concentração das atividades em uma pessoa ou um pequeno núcleo, o que inviabiliza a participação de um coletivo. A 1 cita que há problema em assumir as demandas por quem realmente deveria, A 3 enfatiza que esta é uma questão chave, pois os agricultores já sentem representados por esse pequeno núcleo ou pessoa, e de qualquer forma isso gera uma sobrecarga para alguém, cita ainda a necessidade de que a Central tenha a cara na gestão das famílias, dos agricultores, dos grupos produtivos, não somente neste pequeno núcleo já citado. O desafio neste caso é que, os grupos de ES se empoderem ao ponto de assumirem as responsabilidades e direcionamentos junto a gestão.

### 3.2 Caracterização dos empreendimentos

Os 3 grupos pesquisados, estão localizados na zona rural das cidades de Juazeiro, Curaçá e Sento Sé, dentro do território de Identidade Sertão do São Francisco na Bahia. O Território tem uma população de 449.431 mil habitantes (IBGE, 2019), Juazeiro se destaca entre as 10 cidades do território, com maior número de habitantes, contabilizando 197.965 mil.

#### 3.2.1 Associação comunitária Agropastoril de Curral Novo e Jacaré

A Associação tem sede na comunidade de Curral Novo, região de Massaroca em Juazeiro, sendo esta uma cidade localizada ao norte da Bahia, estende se por uma área de aproximadamente 6.721,237 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019). A comunidade de Curral Novo está situada na zona rural do município, e a associação Comunitária Agropastoril de Curral Novo/jacaré foi fundada em 1986, com forte contribuição da igreja católica. A fundação se deu por conta da necessidade de buscar condições mais favoráveis na renda e qualidade de vida para a comunidade, oportunizando educação, emprego e lazer. Na época a comunidade tinha sua renda exclusivamente da criação de caprinos, ovinos, galinha caipira, agricultura de sequeiro e extrativismo do umbu. Permanecendo estas práticas até os dias de hoje, sendo acrescentado na geração de renda o beneficiamento do umbu, fruto do extrativismo local.

Quando a associação surgiu, algumas pessoas da comunidade já realizavam o extrativismo do umbu, e produziam doces para consumo próprio, ou vendiam na comunidade, outros comercializavam as sacas do umbu *in natura* para atravessadores, que os adquiriam a preços baixíssimos. Em 2009, com o projeto Recaatingamento, financiado pela Petrobras e executado através do Irpaa, veio a proposta para construção da fábrica (unidade de beneficiamento do umbu). A comunidade passou por várias formações e intercâmbios em cidades vizinhas, por meio da RSNS, conhecendo grupos que já beneficiavam o umbu a exemplo da Coopercuc (Uauá). A fábrica foi inaugurada em 2012, realizando beneficiamento de frutas nativas, gerando renda as famílias da comunidade, tanto as que estão envolvidas com o extrativismo como as que beneficiam diretamente.

Como a maioria das frutas nativas, são sazonais sendo produzidas em períodos específicos do ano, o processamento destas frutas permite que as mesmas estejam disponíveis por um tempo maior, garantindo também uma diversidade de formas de consumo destas frutas, tais como: doces, geleias, compotas, etc., (COSTA, 2011).

A associação de Curral Novo, comercializa seus produtos com a marca 'Aroma da Caatinga', inspirada na produção do grupo que é somente de frutas da caatinga, maracujá da caatinga e umbu, e que de acordo com o grupo, o nome remete ao aroma que é sentido nos produtos.

### 3.2.2 AMAFE – Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado

A comunidade de Esfomeado está localizada a 86 Km da sede do município de Curaçá, localizado na região do Baixo Médio São Francisco, no último censo, a população era de 32.168 habitantes (IBGE, 2010), o município apresenta uma área total compreendida em 5.950,614 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2019). Na comunidade, a renda das famílias é proveniente na sua maioria da agricultura, pecuária (caprinos, bovinos, suínos, muares, ovinos e aves), indústria de mineração (VIEIRA et al., 2005). Há ainda um quantitativo de pessoas que desenvolvem atividades de beneficiamento, buscado uma complementação da renda.

Um grupo pequeno surgiu no final de 2011 á início 2012, com a proposta de mudar a realidade das mulheres na comunidade de Esfomeado, através da ideia de independência das mesmas, com a produção e comercialização de produto a base da mandioca, que era matéria prima de alcance na comunidade. Em 2013, o Irpaa iniciou o projeto de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) na comunidade, e deu apoio nessa discussão junto com membros da Coopercuc, neste mesmo ano surgiu a AMAFE.

As mulheres integrantes da associação receberam algumas formações com membros de outros grupos do território Sertão do São Francisco, que também produziam derivados da mandioca, dentro da rede RSNS. As primeiras produções da AMAFE foram feitas nas cozinhas das próprias casas. A unidade de beneficiamento foi construída e estruturada com recursos do próprio grupo, e apoio de várias instituições parceiras.

‘Dona Odete’ é a logomarca do grupo AMAFE, em homenagem a Odete, mulher da comunidade de Esfomeado, que rompeu as barreiras da sociedade, lutando conta o machismo, trazendo grandes avanços na organização social, marcando uma trajetória de vida revolucionaria, visando direito em prol da maior qualidade de vida para a comunidade. Odete tem uma história de mais de 60 anos de luta, e seu histórico influenciou a criação da AMAFE.

### 3.2.3 AAPSSSE - Associação dos Apicultores de Sento Sé

A sede da associação está localizada na comunidade rural de Andorinha, em uma área chamada Fazenda Beleza, no município de Sento Sé. Este município é o

maior em área do Território Sertão do São Francisco, se estende por 11.980,172 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019) de acordo com último censo, conta com 37.425 habitantes (IBGE, 2010).

AAPSSE foi registrada em 2002, mas seus trabalhos iniciaram em 1990, o alicerce vem da igreja católica, com o grupo de jovens ligados as atividades pastorais sociais na zona rural do município, objetivando o despertar do interesse dos pequenos produtores/as da agricultura familiar. Neste processo a apicultura tem grande relevância como complemento de renda e inclusão social, criando assim condições favoráveis para que o homem e a mulher do campo permanecessem na comunidade, onde já estão acostumados a conviver dentro da realidade e dificuldades impostas por a região semiárida.

Com início das primeiras atividades em 1990, entre os anos 1996 e 2001, a AAPSSSE já discutia sobre a formalização de uma associação ou cooperativa, nesta época também iniciou se a construção da casa do mel. A associação teve seu registro formalizado 2002, mais desde da sua criação em 1990 já visava despertar o interesse dos pequenos produtores/as da agricultura familiar, tendo a apicultura como complemento de renda e inclusão social, criando assim condições favoráveis para que o homem e a mulher do campo permanecessem em suas comunidades, onde já estão acostumados a viver e lidar com as adversidades do semiárido. Batista Junior (2013), destaca que a apicultura é uma atividade muito produtiva, e que está se expandindo muito, apresentando-se como uma excelente alternativa de exploração de propriedades rurais, além de ser uma atividade que atende ao tripé da sustentabilidade com o compromisso ecológico, social e econômico.

Em 2008, foi iniciando a produção dos derivados da mandioca, e em 2011 foi dado ao início ao beneficiamento de frutas.

‘Balaio da Caatinga’, foi o nome mais apropriado que o grupo AAPSSSE encontrou para dá a marca aos seus produtos, o nome tem origem derivada aos recipientes que as pessoas levavam as feiras, para colocar compras da semana. Tinha de tudo neste balaio, carne, cereais, farinha, frutas, verduras, etc. Nesta perspectiva o grupo adotou o nome balaio, e como o grupo tem uma produção bem diversificada e derivada da caatinga, adotou este como seu segundo nome, formando o ‘balaio da caatinga’.

### 3.3 Principais atividades desenvolvidas

Os grupos que fizeram parte da pesquisa têm uma produção bastante diversificada:

AAPSSE, trabalha diversos sistemas produtivos, está com um trabalho baseado na produção de sequeiro, neste sentido, o grupo faz o plantio de mandioca, para produção de farinha, tapioca e produção de sequilho e petas (biscoitos de polvilho). Cultiva uma diversidade de fruteiras que dão base para a produção de polpas, por fim realiza a extração e envase de mel, já tendo o registro no SIE–Selo de Inspeção Estadual.

Curral Novo, trabalha com as potencialidades das frutas nativas, explorando as diversidades de beneficiamento do maracujá da caatinga, umbu e tamarindo. Essas frutas são fontes de vitaminas e sais minerais, porém sua disponibilidade está concentrada em épocas de safras, acumulando matéria prima neste período do ano. Porém, a necessidade de aproveitar o excedente de produção, além da crescente tendência do consumo de produtos naturais, é o que tem levado ao aumento da produção (COSTA, 2011). Em Curral Novo são produzidos, doce de corte e cremoso, geleia e licor. Com matéria prima da própria comunidade e das comunidades vizinhas, gerando renda a um conjunto de pessoas.

AMAFE, sempre trabalhou com produção de bolos, pães, petas e sequilhos, produzidos a base de mandioca, cultivada por agricultores familiares da própria comunidade. Em meados de 2019, passou a produzir galeadas, sendo de principal foco a de palma (*Opuntia cochenillifera*), valorizando a forrageira que é de origem mexicana, mais com grande adaptação as condições climáticas do semiárido.

A AAPSSE, é um dos grupos mais completos em termos de sistemas de produção, trabalhando três cadeias produtivas, com uma unidade de beneficiamento específica para cada atividade, mandiocultura, fruticultura e apicultura. Infelizmente a casa de beneficiamento de fruticultura na qual são produzidas as polpas, está com os trabalhos suspensos a pelo menos 1 ano, isso por que há uma legislação específica no MAPA- Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e a produção das polpas para comercialização necessita deste registro.

O grupo continua produzindo as frutas a campo e destinando ao comércio da forma *in natura*, comercializando em feiras agroecológicas.

Vender frutas *in natura* é muitas vezes uma prática delicada e arriscada principalmente para quem vive numa comunidade rural pois as frutas se perdem com muita facilidade e rapidez, enquanto que vender produtos processados se torna mais prático, com menor risco de perdas e pode comercializar mesmo fora da época da safra. (COSTA, 2011).

Uma das principais vantagens do beneficiamento das frutas, é o fato da maior agregação de valor ao produto resultante, gerando assim maior renda. Um outro fato importante, é que o beneficiamento acontece na comunidade, reduzindo custos de produção e perdas de matéria prima, envolvendo famílias, gerando renda na comunidade.

### 3.4 Princípios da economia solidária nos Grupos

Ao discutir os princípios da Economia Solidária, muitas referências são feitas, Leal e Rodrigues (2018), citam que essas referências envolvem a produção e também um conjunto de valores que delimitam, inspiram e modelam o funcionamento das organizações envolvidas com essa economia. São princípios que caracterizam permitindo a identificação dessas organizações como ou não parte desta economia já tão citada.

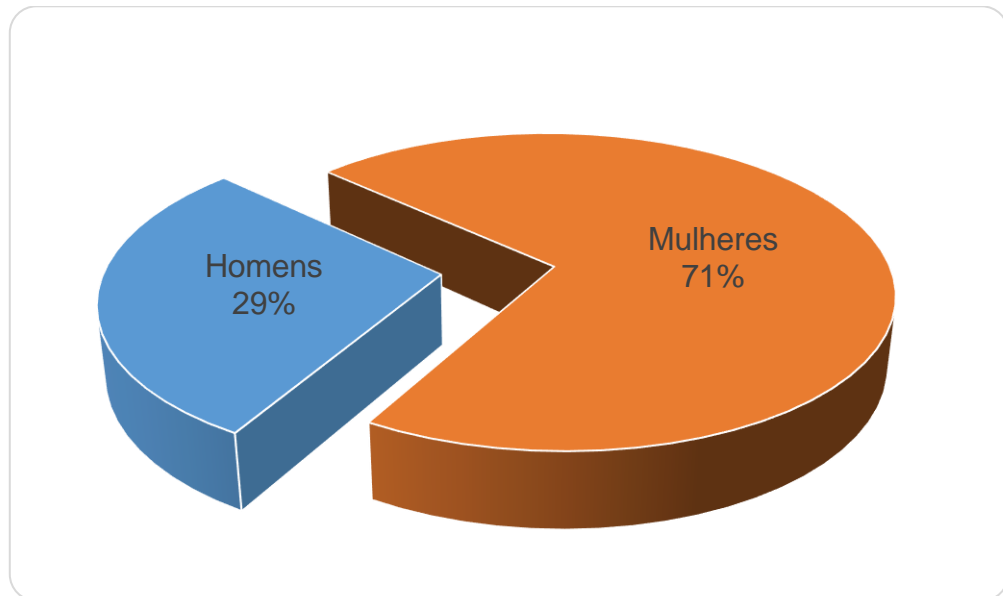
Neste contexto elencamos dentro deste estudo alguns princípios, tais quais: Inclusão de gênero e juventude, Cooperação, valorização do capital humano e autogestão. Singer (2004), destaca que que essa economia baseia-se no desenvolvimento solidário, buscando novas forças de produção que respeitem a natureza e favoreçam valores, como: igualdade, juventude, sem rejeitar os avanços da ciência e tecnologia, porém submetendo-os ao crivo dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão.

#### 3.4.1 Inclusão social de gênero e juventude

É importante levar em consideração a inclusão de mulheres, nos processos que caracterizam os empreendimentos da economia solidária. Essa relação é visível em

todos os grupos que foram pesquisados, com o percentual de homens e mulheres mostrado no gráfico 01.

**Gráfico 01:** Relação de gênero dos grupos AAPSSÉ, AMAFE e Curral Novo, no ano de 2020:



A porcentagem de mulheres nas atividades dos grupos é relativamente alta, comparada com a dos homens. Porém, é importante ressaltar que G2, é um grupo atípico neste processo, com participação efetiva apenas de mulheres (adultas e jovens) nos processos de beneficiamentos, contribuindo também para a grande porcentagem de mulheres no total final.

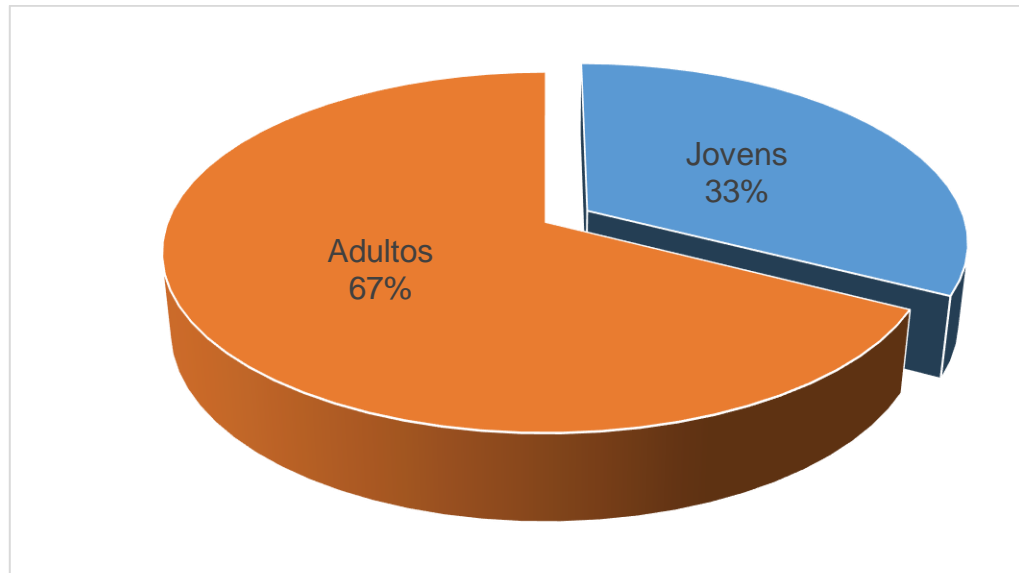
Silva et al. (2018), citam que a essa porcentagem alta de mulheres envolvidas com ações que constituem a economia solidária, se dá em decorrência da falta de oportunidades no mercado de trabalho tradicional, além e da falta de direitos sociais já adquiridos. Os autores ainda citam que essa representatividade pode ser compreendida por a grande necessidade da mulher em se inserir em espaços que lhes proporcionam relações mais igualitárias nas questões referente a gênero.

A juventude também apresenta grande importância neste processo, fazendo parte da relação de G1, G2 e G3, compondo uma porcentagem total de 33%, em comparação com o público adulto, mostrado no gráfico 02. Neste estudo os jovens



foram considerados com idade entre 15 e 24 anos, de acordo com a classificação da Organização das Nações Unidas- ONU.

**Gráfico 02:** Relação de jovens e adultos dos grupos AAPSSÉ, AMAFE e Curral Novo, no ano de 2020:



O maior quantitativo de jovens está em G1, representando 14,1% do total. Poli (2006), aponta que o papel da agroindústria familiar na transformação da realidade dos jovens, em especial os jovens do campo. Liboni e Heloani (2016), destacam que os empreendimentos da Economia Solidária são indicados como uma das alternativas, para esses jovens, sendo esta uma de geração de trabalho e renda.

Fischer et al. (2013), citam que os jovens se associam a esses empreendimentos por diversos motivos, seja por se identificarem com o estilo de vida pregado, por compartilharem dos mesmos ideais, ou por reivindicarem os mesmos direitos, dentre outros motivos. Assim, os empreendimentos econômicos solidários (EES) representam para os jovens não apenas uma alternativa econômica, mas também uma alternativa política para fazer frente à lógica perversa do capital. (Fischer et al., 2013).

### 3.4.2 Cooperação e valorização do capital humano

G1, G2 e G3, afirmam que as atividades são divididas de forma justa e igualitária, apenas G 3 citou que a divisão das atividades se dá por habilidades. Um exemplo, é o processo de adicionar o rotulo nas embalagens, *“quem tem mais habilidade para realizar, fica com esta função, porém as demais atividades que não exigem habilidades específicas, é de competência de todos”*, o grupo ainda citou o exemplo da limpeza e higienização das unidades de beneficiamento, onde ‘independentemente de ser homem ou mulher todos realizam esta função’.

Ao serem questionados sobre a aceitação desta forma de trabalho, nos três grupos as respostas foram unânimes. Concordam e acreditam que desta maneira todos os envolvidos têm o mesmo tratamento, sem predileção a participante algum. G 1, ainda cita que mesmo as pessoas que não estão envolvidas diretamente com a produção, e que só fazem parte da associação nas atividades de cunho mais social, concordam e acreditam que esta é a melhor forma de realizar as atividades.

### 3.4.3 Autogestão

G1, G2 e G3, realizam a gestão geral do grupo, desde a produção, quantitativo a ser beneficiado e partilha do recurso financeiro. Comungando assim com que está especificado por o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2015), onde, traz a autogestão destacando que os membros dos EES desenvolvem práticas participativas em todos os processos das atividades, nas tomadas de decisões cotidianas dos empreendimentos, além da direção e coordenação de todas as ações, e que mesmo com ações de atores externos, o empreendimento autogestionário, mantém seu protagonismo como verdadeiro sujeito da ação.

Nas atividades produtivas, G1 e G3, afirmaram que há uma pessoa que coordena a realização das atividades, organizando equipes e turnos de trabalho, levando em consideração que os espaços nas unidades de beneficiamento são pequenos e não comportam todo o grupo ao mesmo tempo para realização das atividades.

A gestão financeira, é realizada pelos grupos, e a prestação de conta é realizada nas reuniões. G1, G2 e G3, citam que a o recurso recebido por cada agricultor é de acordo com as atividades realizadas.

“Do total geral dos recursos financeiros adquiridos na produção, 20% ficam para a associação, para o custeio das atividades e gastos da mesma” (G3).

Quanto as dificuldades encontradas neste tipo de processo, G1 e G2, citaram não visualizarem nenhuma dificuldade aparente. Enquanto G3, cita que apenas que encontram problemas na parte mais burocrática, a exemplo do preenchimento de livro caixa e algumas planilhas, porém estes problemas não interferem nas atividades cotidianas e produtivas do grupo.

### 3.5 Relações com a Rede CECAAT

Os Grupos pesquisados participam da CECAAT indiretamente, pois são associações, e o vínculo direto se dá apenas via cooperativa, apenas G1 está diretamente ligado a uma Cooperativa que é singular a Central da Caatinga. Porém por estes grupos fazerem parte das discussões desde a Rede Sabor Natural do Sertão, o apoio a estes continua por parte da Central da Caatinga, bem como a outros grupos já citados anteriormente.

A relação entre G1, G2 e G3 e os demais grupos participantes da Rede, se dá em encontros, reuniões, formações promovidas por a Rede ou por parceiros. Além de encontros esporádicos que ocorrem em feiras da agricultura familiar e/ou na loja da rede quando estes realizam visitas ou a entrega de seus produtos.

Um outro fato importantíssimo a ser citado nesta relação, é o poder de expansão da rede no quesito da comercialização dos produtos destes grupos,

“É de grande relevância a nossa relação com a rede, no que diz respeito a comercialização, nossos produtos foram mais divulgados, e nós também como membros, conseguimos participar de diversas formações viabilizadas junto aos parceiros da rede” (G2).

“Nós ganhamos uma visibilidade no campo da comercialização[...] hoje temos um projeto com FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), e iremos construir um guia de comercialização (virtual e impresso), estamos montando agora

também, uma plataforma de comercialização, onde todo o processo vai acontecer de maneira virtual, estamos colocando os produtos dos empreendimentos em site de uma loja de departamento bem conhecida. Estamos com uma média de 300 a 500 itens na loja, e com a construção do novo espaço que pretende ter além da loja, um restaurante, uma lanchonete, feira, a intenção é que consigamos manter mais de 4 mil itens dos empreendimentos, sendo tudo da agricultura familiar” (Central da Caatinga).

Os três grupos relatam que as vendas aumentaram depois da comercialização via Central. É importante ressaltar a participação da central em diversos eventos a nível regional e nacional, e que nestes espaços são divulgados os produtos dos mais diversos grupos que estão de alguma maneira vinculados a mesma. Central não é o único canal de comercialização dos grupos, G1, G2 e G3, citam que também participam de feiras especializadas e/ou regionais, vendem a atravessadores, no mercado local e em outras lojas a economia solidária, além das vendas diretas na comunidade.

Contudo, G3 e G1, se sentem insatisfeitos com as relações e falta de diálogo entre grupos e direção da Central, fazendo a afirmativa de que a relação está deixando a desejar. Nessa discussão, a fala do Assessor 2 mostra o que pode ser a motivação dessa insatisfação:

“Quer queira, quer não, montar um a loja, seguir as exigências de mercado, de consumo e capitalista, requer mudanças, quando você pensa pelo lado da agroecologia da economia solidária, você não pode levar isso ao pé da letra. Mas quando você tá envolvido em uma entidade que tem que ter fins lucrativos, por que uma central de comercialização ela tem que ter fins lucrativos para conseguir se manter, ela começa a buscar isso e a levar ao pé da letra, então tem muitas coisas que fogem dos princípios da agroecologia e principalmente da economia solidária, tem coisas porém que poderiam não ser mudadas, poderiam lutar (central da caatinga), como a Rede Sabor Natural Sertão fazia antes, lutar para que aceitassem as nossas condições, e não mudar as nossas condições para aderir as exigências do mercado que é do ‘grande capital’ ”(G2).

Gaiger (2003), cita essa condição atual que os empreendimentos experimentam, como uma adequação à economia capitalista. De um lado estando sujeitos aos efeitos da sua lógica, e regras que fazem parte de um conjunto, também como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão submetidos a adotar a base técnica do capitalismo, e os processos materiais de produção por ele

introduzidos continuamente, configurando-se com isso uma integração formal inversa, onde a base capitalista se coloca acima da forma autogestionária cooperativa. Essas imposições reprimem a lógica econômica solidária, e os obrigam a conviver com essa situação dispensando em muitas vezes seus princípios.

### 3.6 Relação com a economia solidária

Em relação à economia solidária, um dos grupos admitiu que nem todos os integrantes tem a compreensão clara do seu significado, tão pouco da importância da mesma e que esteja praticando, apesar de estarem e de maneira sólida e visível. Outras respostas também foram captadas e descrevem-se a seguir:

“Compreendemos como uma forma de autogestão, que facilita o trabalho dos agricultores familiares na atuação em uma rede de comercialização do que produz” (G 1).

“Sim, pois nós estamos adquirindo a nossa própria renda com o negócio que é nosso, e estamos valorizando o trabalho do outro” (G 2).

“Acreditamos no desenvolvimento regional por meio deste modelo de economia, e que esta é a maneira mais viável de contrapor ao capitalismo” (G 3).

Dentro das falas é possível encontrar diversos conceitos que complementam os princípios da economia solidária, e que, ajudam na caracterização destes grupos de ES.

Desta forma e embasado em Silva e Silva (2008), podemos afirmar que a Economia Solidária traz o desenvolvimento local, valorizando a diversidade, e as relações humanas com o meio ambiente do qual é parte, mostrando alternativas para a construção social do desenvolvimento econômico, democratização de conhecimentos, bem como e para o exercício da cidadania. A ES é um instrumento importantíssimo de combate à exclusão social e à pobreza, pois permitindo o emprego e geração de renda para muitas famílias, se contrapondo ao modelo capitalista, com a construção de relações econômicas justas e solidárias.

### 3.7 Plataforma online da Economia Solidária no Sertão do São Francisco

Para concretizar a pesquisa, foi desenvolvido uma plataforma online sob o domínio <https://www.economiasolidaria.tk/>, a qual é intitulada como “Economia Solidaria- ES”. Esta plataforma se apresenta com 4 abas, em que facilmente o visitante pode encontrar as principais discussões apresentadas neste manuscrito. Na primeira aba, os pontos que os visitantes encontrarão estão relacionados aos princípios que norteiam este tipo de economia já citada, além de conhecer alguns exemplos de organizações que são reconhecidas como participantes dessa modelo de economia, a exemplo da Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga. Na segunda, terceira e quarta aba são apresentadas as associações que fizeram parte deste estudo, destacando a sua história, e suas principais atividades cotidianas atreladas a estratégia da Economia Solidaria.

A necessidade de criar esta fermenta ativa e atualizada de comunicação, é para acoplar as ações de economia solidária, devido à grande importância da temática que envolve uma diversidade de sujeitos, além da necessidade de criar um espaço para divulgação deste modelo econômico, sendo este espaço constituído de uma comunicação sem pontes, facilitando o acesso para qualquer pessoa sobre as informações supracitadas.

O material está disponível em plataforma digital de maneira online, com acesso através de link ou barra de pesquisa. E também servirá de base para pesquisas sobre essa economia no território Sertão do São Francisco.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia de base solidaria vai muito além da luta por colocação no mercado de trabalho, traz uma constante reafirmação da solidariedade, ajuda mutua e cooperação, com valorização das relações entre sujeitos e espaço para todas as classes, gêneros e etnias, construindo um novo modelo de desenvolvimento a partir da organização coletiva.

Este estudo possibilitou o entendimento de como foi formada a rede Central da Caatinga, trazendo uma ideia de construção coletiva, dinâmica e a longo prazo. Neste sentido é preciso levar em consideração todo o processo percorrido pela Rede e toda a colaboração de pessoas que acreditam na possibilidade da formalização de um espaço de valorização e comercialização de produtos da agricultura familiar.

Quando essa proposta de economia é dialogada, faz-se necessário levar em consideração as diversas formas na qual a mesma se apresenta, além de considerar também a realidade local, visto que, essa estratégia desenvolve-se em consonância com características intrínsecas de cada realidade. Todavia, mesmo diante deste aspecto peculiar a cada condição local, entende-se que não existe um modelo pronto e finalizado, o que abre a possibilidade de garantir especificidades reais em associação com alguns princípios pré- estabelecidos, os quais contemplam os EES.

Estes princípios que norteiam os EES foram observados nos três grupos estudados, sendo evidenciados em todas as análises, a exemplo dos principais a seguir: 1) a relação de gênero que traz a participação efetiva das mulheres no contexto; e 2) a presença de mais de 33% de jovens, mostrando que as novas gerações estão se envolvendo com essa relação. Além destes, destaca-se também o processo da Autogestão, perceptível ao longo dos diálogos nos três EES pesquisados, sendo este um aspecto tão defendido por Singer.

Quando colocamos a relação desses empreendimentos com a Central da Caatinga, percebemos a importância da rede no contexto, seja nas formações oferecidas pela rede ou parceiros, seja por possibilitar a comercialização dos produtos no espaço da loja. De fato, essa dinâmica tem elevado a visibilidade dos produtos, e conseqüentemente tem colaborado significativamente para fortalecer as relações

entre os grupos. Em adição, a correta destinação da produção destes grupos por meio de um sistema adequado e justo, representado neste caso pela Rede, tem propiciado também a agregação de valor, o fomento à autogestão, a permanência local, bem como tem assegurando a geração de emprego e renda para as famílias produtoras.

Nas observações realizadas no momento da pesquisa, foi perceptível que prevalece um traço frequente nas comunidades rurais que as definem, seja na luta pela condição de protagonistas dos processos sociais, seja para a geração de renda ou permanência local. Os dados coletados, também mostram que essas lutas impulsionaram as atividades de beneficiamento e comercialização nos três grupos pesquisados.

Para a concretização deste trabalho, foi desenvolvido um site, o qual apresenta uma abordagem de maneira simples e compreensiva sobre a economia solidária, com a finalidade de descrever e detalhar o perfil dos três grupos estudados, além da rede de comercialização. No site contém fotos e textos, permitindo que os visitantes possam conhecer as atividades desenvolvidas por cada um dos grupos. Desta forma haverá a divulgação de trabalhos que muitas vezes são invisibilizados.

Compreendemos a relevância da Economia Solidária, bem como a necessidade de dialogar sobre este processo. Ainda há grupos e pessoas que estão envolvidos no processo, que se enquadram em todos os princípios, porém não se auto identificam como da “economia solidária”. Em contraste, outros se identificam, entretanto não conseguem citar o que os caracterizam como tal, isso por conta da falta de acesso à informação. A criação do site é uma alternativa a este problema, pois evidencia discussões da economia solidária, ao mesmo tempo que pontua a realidade de alguns grupos do Sertão do São Francisco.

Espera-se que este estudo em conjunto com a plataforma online da Economia Solidária- ES, possam elevar a compreensão dos brasileiros em relação a temas específicos, tão relevantes para a sociedade, tais como agricultura familiar, economia solidária e geração de renda. Adicionalmente, uma maior visibilidade e o real conhecimento das atividades e produtos provenientes dos grupos estudados, certamente poderá garantir reconhecimento e destinação correta destes,



assegurando a continuidade das atividades por meio da permanência local, geração de emprego e renda para essas famílias.

## REFERENCIAS

- ALVES, Juliano Nunes; FLAVIANO, Viviane; KLEIN, Leander Luiz; LÖBLER, Mauri Leodir; PEREIRA Breno Augusto Diniz. A Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 2, Paper 1, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2016.
- BARRETO, Ranieri Muricy (org.). **Bahia**. Série: Estudos Estados Brasileiros. Editora: Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2014. 152 p.
- BATISTA JÚNIOR, José Lima. **Impacto econômico e social da apicultura na agricultura familiar do Território do Sisal, semiárido da Bahia**. (Trabalho de Conclusão de curso) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.
- BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves (org.). **Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Caritas Brasileira dos PACs à EPS**. Caritas Brasileira. Brasília, 2003.
- BORINELLI, Benilson; SANTOS, Luis Miguel Luzio; PITAGUARI Sinival Osório (Org.) **Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010. 224 p.: il. ISBN 978-85-7846-004-4.
- CARVALHO, Luzineide Dourado. **Natureza, território e convivência: Novas territorialidades no Semiárido Brasileiro**. Paco Editorial, 2014.
- CASTRO, Mariana Pereira de. **A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva: a experiência da Rede Xique-Xique**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- CENTRAL DA CAATINGA- **Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga**, 2019. Disponível em: <://centraldacaatinga.com.br/cecaat/historico/> acesso em: 20 de dezembro de 2019.
- CENTRO DE ESTUDOS DE ASSESSORIA. **Boas práticas em economia solidária no Brasil**/Texto de Claudia Lima – Brasília: CEA; FBES, 2016. – 40 p.
- CODETER- Colegiado Territorial do Sertão do São Francisco – Bahia - TSSF-BA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário** – PTDS, 2018.
- CORTINES, Anna Cecília. **Sumário executivo: redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios: aprendizados do Programa Ecoforte** – 1. ed.: Articulação Nacional de Agroecologia-ANA. Rio de Janeiro, 2019.
- COSTA, Tiago Pereira da. **Frutas da Caatinga: gerando Sustentabilidade em Áreas Recaatingadas no Semiárido**. IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. Juazeiro - BA, 2011 51p.
- CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do Governo Federal voltadas a economia solidária (2003-2010)**. (Tese de doutorado), Universidade de Brasília. 2012.

DA SILVA, André Luis Ferreira. A metodologia de construção das feiras de economia solidária e seu impacto sobre os ganhos. **Mundo Do Trabalho Contemporâneo**, 2017, 2.2: 313-338.

DE MELO, Victoria Zuniga. USINA CATENDE: Un proyecto de desarrollo solidario en Pernambuco. **Áltera Revista de Antropologia**, v. 2, n. 5, 2018.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Informalidade na economia solidária** – Coleção Cadernos de Debates do Observatório Nacional da Economia e do Cooperativismo. DIEESE, São Paulo, 2015.

DOWBOR, Monika. Uma outra economia é possível. Paul Singer e a economia solidária, de André Ricardo Souza, Gabriela Cavalcante Cunha e Regina Yoneko Dakuzaku (Orgs). **Plural**, v. 11, p. 141-146, 2004.

DRUMOND, Marcos Antonio; AIDAR, Saulo de Tarso; NASCIMENTO, Clóvis Eduardo de Souza; OLIVEIRA, Visêlto Ribeiro de. (Org.) **Umbuzeiro: avanços e perspectivas**. Embrapa Semiárido. Petrolina – PE, 2016.

FERRARINI, Adriane Vieira; GAIGER, Luiz Inácio; SCHIOCHET, Valmor. O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia RBS**, v. 6, n. 12, 2018.

FISCHER, Maria Clara Bueno; PEREIRA, Anny; TIRIBA, Lia. 2013. Juventude, associativismo e economia solidária: “não é por centavos, é por direitos”. **Boletim Mercado de Trabalho– Conjuntura e Análise**, 55:69-76. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3831/1/bmt55\\_econ03\\_juventude.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3831/1/bmt55_econ03_juventude.pdf). Acesso em: 09/11/2020.

FRANÇA FILHO, G; SILVA Jr. **Uma dinâmica associativa emblemática no nordeste brasileiro**, In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. (Orgs.). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Edufrgs-Edufba, Porto Alegre/Salvador, 2006.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A ECONOMIA SOLIDÁRIA DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA. Esse trabalho é fruto de estudos do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária da Universidade do Vale do Rio dos Sinos ([www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br)), com apoio do CNPq e da FAPERGS. / **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social**. v.2– São Paulo: Editora UNESP. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília - DF. 2009.

GREGOLIN, Marcos Roberto et al. Análise das cooperativas de agricultores familiares atendidas pelo projeto de ATER "Mais Gestão" no estado do Paraná **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, v.5, n.10, p.1-18, jul./dez. 2018.

GURJÃO, Natália de Oliveira. Avanços da degradação ambiental na região Nordeste do Brasil. 2020. 105 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

HIGA, Willian. As redes de economia solidária: convergências e divergências entre a cidadania e a inovação tecnológica. **Anais: Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina**, v. 1, 2005.

IRPAA. **Projeto Ecoforte - Rede Sabor Natural do Sertão**. Juazeiro, BA: IRPAA 2014.

IRPAA. **Experiências de Reaatingamento no Semiárido Brasileiro**. Bahia, 2019.

LIBONI, Maria Therezinha Loddi; HELOANI, José Roberto. Juventude rural, trabalho e identidade: a experiência de participação em empreendimento rural de Economia Solidária. **Otra Economía**, v. 10, n. 18, p. 64-76, 2016.

LIMA, Claudia. **Boas práticas em economia solidária no Brasil**. CENTRO DE ESTUDOS DE ASSESSORIA – Brasília: CEA; FBES, 2016. – 40 p.; il.

LIMA, Valderéz Marina do Rosário; HARRES, João Batista Siqueira; De Paula Marlúbia Corrêa (Orgs.). **Caminhos da pesquisa qualitativa no campo da educação em ciências** [recurso eletrônico]: pressupostos, abordagens e possibilidades. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

LOIOLA, E.; BASTOS, A. V. B. A produção acadêmica sobre aprendizagem organizacional no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, n. 3, p. 181-201, 2003.

MANCE, Euclides Alves. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como alternativa pós capitalista à globalização atual**. Ed.: Vozes. Petrópolis, 2000.

MELO, Ana Paula Gomes. **Agricultura familiar e economia solidária: as experiências em gestão de bens comuns e inserções nos mercados por organizações rurais do Estado de Minas Gerais**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Lavras. Minas Gerais, 2005.

MELO, Liana. **Muito Além do Real**. Projeto colabora Publicado em 12 em setembro 2018 (artigo em site) Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods1/muito-alem-do-real/>.

METELLO, Daniela Gomes. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama – cadeia solidária do algodão agroecológico**. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MOTTA, Eugenia. **Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária**. Rio de Janeiro: Programa de pós-graduação em Antropologia/UFRJ. (Tese de Doutorado em Antropologia), v. 294, 2010.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessias: educação, cultura e arte**. 2009; 2(3):1-16.

OLIVERIA, D. P R. **Sistemas, Organizações e Métodos: uma abordagem gerencial**. 16 Ed.: Atlas. São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer Pesquisa Qualitativa**. 4ª edição, ed.: vozes 2015.

OLIVEIRA NETTO, A.A. **Metodologia da Pesquisa Científica**: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. 3ª edição, Visual. Florianópolis, 2008.

PEREIRA, Monica Aparecida Tomé. **Fruticultura, emprego e migração**: o caso da região de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. 2012. 207 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280906>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

PALMA, Cris; DE OLIVEIRA, Anielle Gonçalves; VARGAS, Tatiane Aparecida Vieg. As iniciativas de economia solidária presentes em Santa Catarina: análise da microrregião do Alto Vale do Itajaí. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, 2017, 6.11: 43-59.

POLI, Odilon Luiz. **Economia solidária e formação humana**: experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no oeste Catarinense. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas. 2006. 344f.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico, – 2. ed. Feevale. Novo Hamburgo - RS, 2013.

PTDRS- PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, Fórum do Território Sertão do São Francisco, Juazeiro 2008.

QUARANTA, Giovanni. Agricultura de sequeiro. **Lucinda**: Land Care in Desertification Affected Areas, 1999.

SÁ, Iêdo Bezerra; SILVA, Pedro Gama da (org.). **Semiárido brasileiro**: pesquisa desenvolvimento e inovação. Embrapa Semiárido, Petrolina - PE, 2010.

SANTOS, Elisabete de Oliveira Costa. **A importância da marca para o marketing social da rede sabor natural do sertão**. Dissertação (pós-graduação em marketing institucional) – Faculdade São Francisco de Juazeiro – FASJ. 2008.

SANTOS, Pedro Antonio dos; KLENEN, Nádia; CASTINEIRA, Maria Inês. **METODOLOGIA DA PESQUISA SOCIAL**: da Proposição de um Problema à Redação e Apresentação do Relatório. Ed. Atlas. São Paulo, 2015.

SCHIOCHET, Valmor; BRANDES, Mairon. Espaço e cadeias produtivas solidárias: o caso da reciclagem. **III Encontro De Economia Catarinense. Economia Solidária**, 2009.

SENAES, Secretária Nacional de Economia Solidaria. **Economia Solidaria, outra economia acontece**: cartilha de Campanha Nacional de Mobilização Social. Brasília: MTE, SENAI, FBES, 2007.

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista**. Sociedade e estado, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. Editora: Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-22, ago. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142004000200001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142004000200001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SINGER, Paul. Dez anos de secretaria nacional de economia solidária (SENAES). Economia Solidária e Políticas Públicas. **Mercado de trabalho**, n. 56, fev. 2014. Ipea. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56\\_econ02\\_dez\\_anos.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_econ02_dez_anos.pdf). Acesso em: 20 de novembro de 2019.

SILVA, Andréia Vieira da. **Economia solidária: uma estratégia política de desenvolvimento**. 2010. 224 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SILVA, José Luís Alves da; SILVA, Sandra Isabel Reis da. A economia solidária como base do desenvolvimento local. **e-cadernos CES [Online]**, 02 | 2008, posto online no dia 01 dezembro 2008, consultado o 15 dezembro 2019. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1451>; DOI: 10.4000/eces.145.

SILVA, Rafaelle Amado da Silva; OLIVEIRA, Verônica Macario de; CORREIA, Suzanne Érica Nóbrega. IMPACTOS DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CARIRI PARAIBANO. **Race**, Joaçaba, v. 17, n. 3, p. 851-866, set./dez. 2018 | E-ISSN: 2179-4936

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2006.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Ipea, 2016.

SIMON, Vanêssa Pereira; BOEIRA, Sérgio Luis. Economia social e solidária e empoderamento feminino. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 53, N. 3, p. 532-542, set/dez 2017.

UNISOL Brasil, **Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidarias**, 2017. "CENTRAL DA CAATINGA". Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/tag/central-da-caatinga/>. Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2ª edição, Editora: Atlas SA, São Paulo, 1998.

VIEIRA, Ângelo Trévia; MELO, Felicíssimo; LOPES, Hermínio Brasil Vilaverde. et al., (org.). **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico do Município de Curaçá – Bahia**. Salvador: CPRM/PRODEEM, 2005.

ZART, Laudemir Luiz; SANTOS, Josivaldo Constantino dos (org.). **Educação e Sócio-Economia Solidária**, Interação Universidade, Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária. Vol. 2, Editora Unemat. Cáceres-MT, 2006.

## APÊNDICE A- Entrevista semiestruturada aplicada aos grupos produtivos



Entrevista semiestruturada para compor os dados da dissertação intitulada: A Economia Solidária no Sertão do São Francisco através da Rede Sabor Natural do Sertão Institucionalizada Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga-Central da Caatinga, da mestranda em Extensão Rural: Adriana Ferreira Nascimento.

Aplicada aos grupos produtivos

Nome do grupo produtivo:

Endereço:

Logo marca:

### **Da concepção do grupo:**

a- Quando, como e onde tudo começou?

### **Da relação de gênero e Juventude:**

b- Qual a quantidade de membros ativos?

c- Quantos homens?

d- Mulheres?

e- Jovens?

### **Do envolvimento dos membros do grupo nas atividades:**

f- Como é a participação dos membros do grupo quanto a atividades desenvolvidas?

a- Como se dá a divisão do trabalho nas atividades?

### **Da gestão:**

a- Como acontece a gestão do grupo?

b- Quais as principais dificuldades encontradas neste modelo de gestão?

c- Todos do grupo concordam com este modelo de gestão?

### **Da relação com a Central da Caatinga:**

- a- Há envolvimento com os demais grupos que fazem parte da rede Central da Caatinga? Como acontece?
- b- Como o grupo avalia a participação na Rede central da Caatinga?
- c- Houve algum aumento na comercialização após as vendas através das Central da Caatinga?

**Da economia Solidária:**

- a- Qual a concepção do grupo quanto a economia solidaria?
- b- O grupo acredita que o desenvolvimento regional é possível através desta economia? Por que?

Agradecemos a participação!



## APÊNDICE B- Entrevista semiestruturada aplicada a direção da Central da Caatinga



Entrevista semiestruturada para compor os dados da dissertação intitulada: A Economia Solidária no Sertão do São Francisco através da Rede Sabor Natural do Sertão Institucionalizada Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga-Central da Caatinga, da mestranda em Extensão Rural: Adriana Ferreira Nascimento.

Aplicada a direção da rede central da caatinga.

- 1- Os principais motivos que levaram a criação da Rede Central da Caatinga?
- 2- Principais conquistas da rede após a sua institucionalização?
- 3- Como é constituída a equipe de trabalho da central da caatinga?
- 4- Como acontece a relação com os grupos que não tem vínculo direto (não filiados), essa relação tem pontos positivos, negativos, se há site os?
- 5- A central promove formações ou capacitação para os membros?
- 6- Promove ou já promoveu algum tipo de evento voltado para a economia solidaria (feiras, seminários...)?
- 7- Existe apoio de outras instituições?
- 8- Conta com algum financiador?
- 9- Quais projetos estão diretamente contribuindo com a central?
- 10- Na sua concepção, quais os pontos positivos da Rede Central da Caatinga e quais os desafios que a rede enfrenta?

Da comercialização:

- 11- Como é realizada a aquisição dos produtos para comercializar na loja?
- 12- Como é definido os valores?
- 13- A central contribui para a comercialização dos produtos em outros espaços além a da loja?

14-Há parcerias com outras redes de produção ou de comercialização?

15-Qual a variedade média de produtos encontrados na loja?

16-Qual a proposta do novo espaço?

**APÊNDICE C-** Entrevista semiestruturada aplicada aos assessores/as que contribuíram com a constituição da Rede Central da Caatinga.



Entrevista semiestruturada para compor os dados da dissertação intitulada: A Economia Solidária no Sertão do São Francisco através da Rede Sabor Natural do Sertão Institucionalizada Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga-Central da Caatinga, da mestranda em Extensão Rural: Adriana Ferreira Nascimento.

Aplicada aos assessores/as que contribuíram com a constituição da rede central da caatinga.

- 1- A RSNS tinha uma equipe de trabalho fixa? Como era constituída essa equipe?
- 2- Quais eram os pré- requisitos para fazer parte da rede RSNS?
- 3- Como eram realizados os trabalhos com as pessoas/ grupos que integravam esta rede (formações, oficinas, participação em eventos, feiras)?
- 4- Na sua concepção, quais os pontos positivos da RSNS e quais os desafios que a rede enfrentava?
- 5- Os principais motivos que levaram a criação da rede Central da Caatinga?
- 6- O que levou a mudança do nome de Rede Sabor Natural do Sertão (RSNS) para Central da Caatinga?
- 7- Na sua concepção, quais os pontos positivos da Rede Central da Caatinga e quais os desafios que a rede enfrenta?

Agradecemos a participação!

## APÊNDICE D- Plataforma online da Economia Solidária no Sertão do São Francisco

